RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2019

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FAFE

RUA DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA, N.º 174

4820-250 FAFE

ÍNDICE

Primeira Convocatória i
Adiamento da Reunião da Assembleia Geral devido ao surgimento do COVID-19 ii
Segunda Convocatória iii
Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Fafe iv

INTRODUÇÃO 1
1. ATIVIDADE DESENVOLVIDA 5
1.1 Infância e Juventude 6
1.1.1 Creche 6
1.1.2 Educação Pré-Escolar 7
1.1.3 Centro de Atividades de Tempos Livres 8
1.1.4 Salão de Estudo 9
1.2 População Adulta 9
1.2.1 Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) 10
1.2.2 Serviço de Apoio ao Domicílio a Idosos (SADI) 11
1.2.3 Serviço de Apoio ao Domicílio a Deficientes (SADD) 12
1.2.4 Centro de Dia (CD) 13
1.2.5 Cantina Social (CS) 14
1.2.6 Lar Residencial (LR) 15
1.3 Saúde 16
1.3.1 Produção Realizada 17
1.3.1.1 Serviço de Urgência Básica (SUB) 17
1.3.1.2 Análises Clínicas 19
1.3.1.3 Consulta Externa 20
1.3.1.4 Medicina Física de Reabilitação 21
1.3.1.5 Imagiologia 22
1.3.1.6 Gastrenterologia 23
1.3.1.7 Cirurgia 23
1.3.1.8 Unidade de Cuidados Continuados – Tipologia Convalescença . 25
1.3.1.9 Unidade de Camas Supletivas 26
1.3.2 Recursos Humanos da Unidade Hospitalar de S. José - Tipologia 27
1.3.3 Evolução Económica 28

2. ATIVIDADES SOCIOCULTURAIS E SOCIOEDUCATIVAS 30
2.1 Infância e Juventude 30
2.2 População Adulta 36
2.3 Saúde 48
2.4 Atividades Comuns aos Diversos Setores 48
3. CUMPRIMENTO E ANÁLISE DAS ATIVIDADES PROPOSTAS 48
4. RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL 49
4.1 Recursos Humanos 49
4.2 Formação Profissional 50
5. INVESTIMENTOS 50
6. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS 50
6.1 Dívidas à Autoridade Tributária 50
6.2 Dívidas à Segurança Social 50
7. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES 51
8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS 51
9. PERSPETIVAS FUTURAS 51
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS 53

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Síntese de Gastos e Rendimentos 54
Balanço.. 55
Demonstrações dos Resultados por Naturezas 56
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais 57
Demonstração dos Fluxos de Caixa 58
ANEXO em 31 de dezembro de 2019 59
1. Identificação da Entidade 59
2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras 59
3. Principais políticas contabilísticas 59
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: 67
5. Ativos fixos tangíveis 67
6. Bens do património histórico e cultural 68
7. Investimentos financeiros 68
8. Inventários 69

9. Créditos a receber 69
10. Irmãos/membros 69
11. Estado e outros Entes Públicos 69
12. Diferimentos 70
13. Outros ativos correntes 70
14. Caixa e depósitos bancários 70
15. Fundos patrimoniais 70
16. Excedentes de revalorização 71
17. Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais 71
18. Provisões 72
19. Fornecedores 72
20. Outros passivos correntes 72
21. Vendas e serviços prestados 72
22. Subsídios, doações e legados à exploração 73
23. Trabalhos para a própria entidade 73
24. Fornecimentos e serviços externos 73
25. Gastos com o pessoal 73
26. Outros rendimentos 74
27. Outros gastos 74
28. Juros e gastos similares suportados 74
29. Divulgações exigidas por outros diplomas legais 75
30. Acontecimentos após data de Balanço 75

PRIMEIRA CONVOCATÓRIA

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FAFE

CONVOCATÓRIA

Em harmonia com o disposto no artigo 23.º do *Compromisso* da Santa Casa da Misericórdia de Fafe, convoco todos(as) os(as) Irmãos(ãs) no pleno gozo dos seus direitos a reunirem, em Assembleia Geral Ordinária, **no dia 27 do mês de março, deste ano de 2020, pelas 21h00**, na Sede da Santa Casa da Misericórdia, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 174, em Fafe.

ORDEM DE TRABALHOS:

1. ***Leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;***
2. ***Apreciação, discussão e aprovação do Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano de 2019, bem como a apresentação do competente Parecer do Conselho Fiscal;***
3. ***Apreciação de outros assuntos de interesse para a Instituição.***

No caso de, na hora acima indicada, não se encontrar presente a maioria legal, a Assembleia Geral funcionará ao fim de trinta minutos, independentemente do número de Irmãos(ãs) em sala.

Fafe, 05 de março de 2020.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

(Dr. Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes)

ADIAMENTO DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DEVIDO AO SURGIMENTO DO COVID-19

Santa Casa da Misericórdia de Fafe

R. Combatentes da Grande Guerra, 174
4820-250 Fafe

Apartado 47
4820-909 FAFE

INFORMAÇÃO

Informam-se todos os(as) Irmãos(ãs) da Santa Casa da Misericórdia de Fafe de que a Reunião da Assembleia Geral Ordinária que devia ocorrer até dia 31 de Março do corrente ano, em consonância com o preceituado na alínea b), do n.º 2, do artigo 22.º, do *Compromisso*, para discussão e aprovação do Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano anterior, fica adiada *"sine die"*, devido às atuais medidas de contenção em vigor, para combate à pandemia pelo Novo Corona Vírus.

Fafe, 11 de março de 2020.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

(Dr. Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes)

Telefone: 253700690 * Fax 253700699 * E-mail: scmfafe@mail.telepac.pt * http://www.scmfafe.pt * NIF: 501403256

SEGUNDA CONVOCATÓRIA

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FAFE

CONVOCATÓRIA

Em harmonia com o disposto no artigo 23.º do *Compromisso* da Santa Casa da Misericórdia de Fafe, convoco todos(as) os(as) Irmãos(ãs) no pleno gozo dos seus direitos a reunirem, em Assembleia Geral Ordinária, **no dia 26 do mês de junho[1], deste ano de 2020, pelas 21h00**, na *Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Dr. A. Marques Mendes*, sita no Lugar da Tomada, Quinchães, em FAFE.

ORDEM DE TRABALHOS:

1. ***Leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;***
2. ***Apreciação, discussão e aprovação do Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano de 2019, bem como a apresentação do competente Parecer do Conselho Fiscal;***
3. ***Apreciação de outros assuntos de interesse para a Instituição.***

No caso de, na hora acima indicada, não se encontrar presente a maioria legal, a Assembleia Geral funcionará ao fim de trinta minutos, independentemente do número de Irmãos(ãs) em sala.

Fafe, 01 de junho de 2020.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

(Dr. Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes)

[1] **Artigo 18.º, Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março:** *Prazos de realização de assembleias gerais: As assembleias gerais das sociedades comerciais, das associações ou das cooperativas que devam ter lugar por imposição legal ou estatutária, podem ser realizadas até 30 de junho de 2020.*

ÓRGÃOS SOCIAIS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FAFE

ASSEMBLEIA GERAL	
Cargo	**Nome**
Presidente	Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes (Dr.)
Vice-Presidente	António Pinto Soares Peixoto (Dr.)
Secretário	Manuel Joaquim Pereira Barros (Prof.)

MESA ADMINISTRATIVA	
Cargo	**Nome**
Provedor	Vítor Manuel Monteiro Ferreira Leite (Prof.)
Efetivo	Maria da Conceição Oliveira Costa Castro (Prof.)
Efetivo	Ana Rita Moreira Cima (Dra.)
Efetivo	Rosa Maria Sousa Gonçalves Oliveira (Prof.)
Efetivo	António Lopes Silva
Suplente	José Mário Mendes Pires
Suplente	António Jorge Fonseca Macedo

CONSELHO FISCAL	
Cargo	**Nome**
Presidente	Jorge Manuel Monteiro Gomes (Dr.)
Vice-Presidente	Joaquim Manuel Guimarães Lima
Secretário	Manuel Joaquim Monteiro Barros
Suplente	Manuel Ribeiro João (Dr.)
Suplente	José Joaquim Silva Leite Dantas
Suplente	Augusto Araújo Cunha

PRECEITO DO COMPROMISSO

Compete ao Provedor, nos termos das disposições legais e estatutárias, concretamente da alínea e), do artigo 27.º, do *Compromisso*, apresentar, em nome da Mesa Administrativa, o presente Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2019, visando a apreciação, discussão e votação pela Assembleia Geral, nos termos da alínea c), do número 1, do artigo 21º, do mesmo *Compromisso*.

INTRODUÇÃO

Em novembro de 2018, a Assembleia Geral desta Misericórdia aprovou o Plano de Atividades e Orçamento, de Exploração Previsional e Investimentos, para o ano de 2019.

Em ordem a preceitos legais e compromissórios estamos hoje aqui reunidos, novamente, para apreciar, discutir e aprovar o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do Ano de 2019.

Trata-se dum Instrumento de Gestão que fora concebido e proposto por esta Mesa Administrativa, com desenvolvimento e consecução no terceiro ano do mandato dos atuais órgãos sociais.

Estão, assim, em apreciação o Relatório referente às atividades desenvolvidas no ano de 2019 e respetivas contas, devendo, por isso, ser referido que este documento reflete o desempenho da Santa Casa da Misericórdia de Fafe ao longo do referido ano civil, tendo como referencial os objetivos propostos e as atividades prescritas no respetivo Plano.

Obviamente, no sentido de se alcançarem os objetivos prescritos foram-lhe, ao longo do período da sua vigência, introduzidos alguns melhoramentos, considerando que se trata de um documento de caráter aberto e dinâmico.

Pese embora a relevância dos referidos benefícios pontuais que foram aditados ao Plano, não foi esquecido, tão pouco posto em causa, um outro princípio inerente a este instrumento organizativo, que foi a contenção de despesas consideradas supérfluas, sem prejuízo do cumprimento das atividades projetadas, mormente a prestação de assistência a todos os que dela precisem.

Aliás, a estes três anos de gestão presidiu sempre o mesmo denominador comum: assumir condutas identificativas de hábitos e comportamentos que estivessem a contribuir para o desequilíbrio económico-financeiro.

Foram, convenhamos, três anos difíceis, sob o ponto de vista da prossecução da contenção das despesas. Tal deveu-se ao facto da reiteração dos referidos cortes poderem pôr em causa a qualidade da assistência aos nossos utentes, facto que foi, obviamente salvaguardado.

Junta-se a esta dificuldade, a recorrente circunstância dos meios postos ao dispor por parte da tutela às Misericórdias, e de outras IPSS, não acompanharem as despesas inerentes às responsabilidades cada vez mais acrescidas, no que respeita à assistência a pessoas portadoras de enfermidades mais agudas e em graves situações de fragilidade e emergência social.

Não podemos deixar de referir que vivemos uma era em que as entidades governativas procuram que a sociedade civil complemente a sua ação social.

Cabe-nos, por isso, pugnar para que este estado de coisas se inverta, exigindo ao Estado que o princípio da subsidiariedade se concretize.

Temos dito, reiteradamente, que o aumento da Retribuição Mínima Mensal Garantida é uma medida de grande alcance social, que se aplaude. Contudo, as sucessivas atualizações têm condicionado a nossa ação, visto que estas medidas não têm sido acompanhadas de outras que compensem o impacto financeiro negativo que provocam.

Assiduamente, no âmbito destas reuniões, revisitamos o tema do crescimento do envelhecimento da população idosa e as consequências que resultam deste processo na gestão das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Esta questão, cujo efeito se exalta, resulta, em grande medida, do natural desenvolvimento civilizacional que concede ao ser humano uma maior esperança de vida. Porém, traz profundas implicações sociais e económicas, para as quais as autoridades governativas ainda não começaram a dar a devida atenção.

Implicações sociais, porque não existe oferta de respostas sociais adequadas aos novos utentes, em número e qualidade.

Implicações económicas porque as IPSS não dispõem de meios financeiros para responder a esta emergência e as entidades que as tutelam cada vez mais se demitem das suas obrigações, no que respeita à concessão de recursos e meios.

A este propósito, entendemos que (para uma melhor perceção do que é gerir uma IPSS) seria oportuno aludir ao "Pacto de Cooperação para a Solidariedade", que é um acordo assinado no longínquo ano de 1998 entre as entidades do Setor Social e Solidário e o Governo, onde ficou estabelecido que a tutela se responsabilizava com 50% do custo de cada resposta social. Infelizmente este valor tem ficado bastante aquém, situando-se, atualmente, à volta dos 40%.

A manutenção destas situações, conduzirá, inequivocamente, ao aumento das dificuldades das IPSS que não tenham outra fonte de financiamento e à falência da qualidade da prestação de cuidados sociais aos mais carenciados.

Caras Irmãs e Irmãos em Misericórdia!

Neste cenário de restrição orçamental, construímos o nosso Plano de Atividades para 2019, não ignorando que a sua execução, assente nestes pressupostos, poderia reduzir os efeitos perspetivados.

Felizmente, tal não aconteceu, porque acreditamos na capacidade criativa de quem tem por missão a salvaguarda do bem estar dos nossos utentes.

Referimo-nos, como devem calcular, a todos quantos estão envolvidos nesta missão, mormente os nossos colaboradores e colaboradoras que através da dedicação que lhes é reconhecida contribuíram para que os nossos seniores continuassem a usufruir duma assistência que subsidie o seu envelhecimento de forma ativa, com qualidade e sem o mínimo de sofrimento.

Claro que não foi fácil cumprir as orientações preconizadas neste instrumento organizativo, referente ao ano de 2019. Contudo, não subsistem dúvidas quanto ao cumprimento do desiderato de manter os níveis de assistência a pessoas em situação de fragilidade e emergência social.

Passando, agora, à avaliação do Plano da Atividades e Orçamento de 2019, concretamente as atividades nele previstas, constata-se que o enfoque fora direcionado, como não poderia deixar de ser, para as respostas sociais em que atua, em especial ao apoio a pessoas idosas, às crianças e jovens e à saúde, visando objetivos sociais e solidários, sem esquecer os financeiros. A saber:

- promover a sustentabilidade económico-financeira da Instituição;

- sensibilizar os intervenientes para a redução e custos em diversas rubricas;

- desenvolver uma política de formação contínua dos colaboradores que alimente a criatividade e a inovação;

- compatibilizar o aumento das condições de conforto e humanismo de todos os clientes/utentes, com a racionalização de gestão de recursos;

- apostar na qualificação gradual de infra estruturas.

Apesar dos constrangimentos enunciados, consideramos, genericamente, que o Plano de Atividades teve consecução positiva, não se tendo deixado de concretizar as ações e eventos nele prescritas.

A questão da análise das contas, que se correlacionam com o Plano de atividades, serão objeto de tratamento mais adiante, nesta reunião.

Dando sequência à sua vocação secular, a Santa Casa da Misericórdia apoiou, em 2019, através das suas respostas sociais, as pessoas em situação de fragilidade pessoal ou familiar, cumprindo a sua carta de missão nem sempre fácil de concretizar.

Não ignorando a sua obrigação para com a comunidade enquanto entidade de referência, a Instituição que servimos tem contribuído grandemente para a estabilidade

socioeconómica local através da criação do emprego possível e absolutamente necessário à Instituição.

No âmbito desta avaliação ao Plano de 2019, teremos, forçosamente, de fazer referência à atividade do Hospital de S. José de Fafe, numa perspetiva de resposta social integrada na grande Instituição que é a Santa Casa da Misericórdia de Fafe.

Neste sentido, é importante lembrar e expressar como fator positivo o quinto ano de gestão desta unidade hospitalar por parte da Misericórdia, à qual se tem dispensado um aturado trabalho e um forte investimento, não só na área do pessoal, mas também em novos equipamentos e novas especialidades médicas, para que a qualidade do serviço público de saúde que prestamos seja cada vez mais uma realidade e que esta seja atestada pela população que serve.

Estamos certos que a exploração do Hospital se vai tornar, atrevia-me até a afirmar que já se tornou, no âmbito da atividade geral da Misericórdia, a mais importante fonte de financiamento da Instituição.

Costumo dizer que todos não somos muitos para sustentabilizarmos a nossa centenária Instituição (e a todos estamos gratos), mas não posso deixar de fazer uma alusão individual à Sra. Administradora Delegada do Hospital, Dra. Rita Marques, que abraçou e acreditou no nosso projeto, sendo já notórios os efeitos da sua ação, como à frente se verá.

Sobre o setor educativo, importa comunicar que as obras de requalificação do edifício da Rua Montenegro, onde está instalada a Creche e o Jardim de Infância número 2, deverão começar muito brevemente, com recurso às verbas atribuídas pelo Fundo Rainha Dona Leonor, cuja candidatura mereceu todo o apoio e colaboração do nosso Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Luís Marques Mendes.

Em jeito de balanço, afirmaria que a Santa Casa da Misericórdia de Fafe, no ano de 2019, cumpriu os deveres que a sua matriz ideológica preconiza, designadamente o compromisso de responsabilidade, bem-estar e solidariedade para com a comunidade que serve.

Cientes de que o empreendedorismo está na base do sucesso da economia social, os atuais Corpos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Fafe assumem o compromisso de que tudo farão no sentido de encontrar receitas diversificadas, tendo em vista a sustentabilidade desta secular Instituição.

1. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

A Santa Casa da Misericórdia de Fafe presta assistência social, através de diversas respostas sociais, em duas áreas de atividade: **Infância e Juventude e População Adulta**, perfazendo **725** utentes.

Áreas de Atividade	Utentes
Infância e Juventude	352
População Adulta	373
TOTAL	725

Analisando os dados constantes do gráfico, verifica-se a existência de grande equilíbrio na distribuição dos utentes por área de atividade, com ligeira vantagem para a frequência das respetivas respostas sociais por parte da população adulta.

Estes resultados, associados à enorme lista de espera de pedidos de internamento em ERPI (*Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas*), atestam o que atrás referimos, relativamente à situação demográfica portuguesa que revela o aumento do número de idosos e o do decréscimo da população jovem.

Acrescentam-se às duas áreas anteriormente mencionadas, a área da **Saúde**, através da produção do Hospital, que no ano de 2019 atendeu no Serviço de Urgência cerca de **3000 doentes**, efetuou **10.000 consultas externas** e fez **2.650 cirurgias.** Neste mesmo ano, o Hospital alterou a partir do mês de abril o seu paradigma, transformando consideravelmente a estratégia adotada desse 2015. O número global de atendimentos nesta valência de forma genérica foi de 164 787, conforme mapa que se segue:

1.1. Infância e Juventude

No âmbito desta área de atividade, a Santa Casa da Misericórdia de Fafe disponibiliza serviços em importantes respostas sociais, de acordo com a procura da população. Na infância e Juventude as respostas sociais são as seguintes:

- Creche;
- Educação Pré-Escolar;
- Centro de Atividades de Tempos Livres.

Infância e Juventude	Utentes
Creche	114
Educação Pré-Escolar	150
Centro de Atividades de Tempos Livres	88
TOTAL	**352**

Observando estes dados, verifica-se que no conjunto dos três serviços o que tem maior frequência é a Educação Pré-Escolar, dado esse que está relacionado com o número máximo acordado para frequência com as entidades reguladoras. No entanto, o que tem maior procura é a Creche, existindo lista de espera em ambos os centros educativos. Acredita-se que facto se deve à inexistência deste serviço no setor público.

1.1.1 Creche

A resposta social *Creche* tem 114 utentes, distribuidos por duas unidades fisicas, é um equipamento de natureza socioeducativa vocacionado para o apoio à família e à criança, destinado a acolher crianças até aos 3 anos de idade, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais.

Para concretizar a sua missão a *Creche* visa a consecução dos seguintes objetivos:

- *Facilitar a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar;*
- *Colaborar com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo da criança;*
- *Assegurar um atendimento individual e personalizado e função das necessidades específicas da criança;*
- *Prevenir e despistar precocemente qualquer inadaptação, deficiência ou situação de risco, assegurando o encaminhamento mais adequado;*
- *Proporcionar condições para o desenvolvimento integral da criança, num ambiente de segurança fisica e afetiva;*
- *Promover a articulação com outros serviços existentes na comunidade.*

Analisados os objetivos propostos, comprova-se que foram integralmente atingidos e que se trata de uma valência que continua a ter muita procura, razão por que, em nosso entendimento, se deve continuar a apostar na promoção da qualidade do serviço, concretamente na formação do pessoal, nas infraestruturas e no equipamento.

1.1.2 Educação Pré-Escolar

A *Educação Pré-Escolar* tem 150 utentes, repartidos por dois estabelecimentos educativos, é um equipamento de natureza socioeducativa vocacionado para o apoio à família e à criança, destinado a acolher crianças entre os 3 anos e a idade de ingresso em ensino básico, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais.

Para concretizar a sua missão a *Educação Pré-Escolar* visa a consecução dos seguintes objetivos:

- *Fomentar o desenvolvimento integral da criança através do aproveitamento das suas apetências e potencialidades, durante o afastamento temporário do seu meio familiar;*
- *Colaborar com as famílias na promoção da saúde e habilitá-las a um melhor conhecimento desta, para uma mais perfeita atuação no processo educativo;*
- *Assegurar os cuidados de higiene e alimentação adequados à idade das crianças;*
- *Estimular o convívio entre as crianças de forma a uma perfeita integração e inclusão social;*
- *Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;*
- *Preparar a criança para o ingresso no ensino básico fomentando hábitos de atenção, estudo e trabalho;*
- *Contribuir para corrigir os efeitos discriminatórios das condições socioculturais no acesso ao sistema escolar;*
- *Assegurar a colaboração dos diversos níveis do pessoal técnico, em estreita complementaridade educativa, tendo como finalidade responder de forma integrada às necessidades biopsicossociais nas diferentes etapas do desenvolvimento da criança;*
- *Colaborar de forma eficaz no despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência assegurando o seu encaminhamento adequado;*
- *Desenvolver ações em parceria com a Comunidade, promovendo uma melhor relação Comunidade – Misericórdia;*
- *Desenvolver uma ação social de caráter preventivo e educativo, quer no contexto individual, quer no contexto coletivo, promovendo a solidariedade e os laços de vizinhança.*

Analisados os objetivos propostos, comprova-se que foram integralmente atingidos e que se trata de uma valência que continua a ter muita procura, razão por que,

em nosso entendimento, se deve continuar a apostar na promoção da qualidade do serviço, concretamente na formação do pessoal, as infraestruturas e no equipamento.

1.1.3 Centro de Atividades de Tempos Livres

O *Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL)* tem 88 utentes, repartidos por três espaços fisicos e é a resposta social que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens entre os 6 (seis) anos e os 12 (doze) anos de idade, nos tempos livres das responsabilidades escolares, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades especificas e multiactividades, incidindo, de modo particular, nas áreas do desenvolvimento psico-motor, psicossocial, cognitivo, bem como da comunicação e construção dos códigos formais de aprendizagem.

O *Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL)* visa a consecução dos seguintes objetivos:

- *Promover relações de interação de acordo com as necessidades especificas das crianças;*
- *Promover o desenvolvimento de situações ricas em afeto que ajudem a criança a desenvolver sentimentos de segurança, estabilidade e pertença;*
- *Desenvolver formas de acolhimento dos pais das crianças que permitam a construção de sentimentos de confiança e compreensão mútua das lógicas educativas utilizadas por pais e educadores;*
- *Ajudar a criança a utilizar as suas crescentes capacidades psico-motoras, cognitivas e psicossociais, para descobrir, alcançar e explorar o mundo que a rodeia;*
- *Promover a aprendizagem progressiva de situações de exercício de responsabilidade e autodomínio;*
- *Ajudar na construção de normas individuais e sociais necessárias ao desenvolvimento de padrões de comportamento equilibrados;*
- *Possibilitar atividades de planificação de desenvolvimento de projetos e ideias;*
- *Incentivar situações de interação individual e em grupo e que permitam a discussão de pontos de vista e maleabilização de opiniões e conceitos.*

Analisados os objetivos propostos, comprova-se que foram integralmente atingidos e que se trata de uma valência que continua a ter bastante procura, razão por que, em nosso entendimento, se deve continuar a apostar na promoção da qualidade do serviço, concretamente na formação do pessoal, nas infraestruturas e no equipamento.

1.1.4 Salão de Estudo

Em "regime livre", por isso em situação extra acordo, a Misericórdia mantém em funcionamento um *Salão de Estudo*, que presta apoio a 68 crianças e jovens, entre os 6 (seis) e os 15 (quinze) anos de idade, distribuídos pelos três ciclos de ensino básico. A saber:

Ciclos de Ensino	Utentes
1.º Ciclo	6
2.º Ciclo	30
3.º Ciclo	32
TOTAL	68

O *Salão de Estudo* visa a consecução dos seguintes objetivos:

- *Despertar o gosto pelos estudos;*
- *Proporcionar o desenvolvimento de atitudes de trabalho autónomo;*
- *Construir um espaço de partilha de conhecimentos;*
- *Desenvolver competências que facilitem as aprendizagens dos alunos;*
- *Ajudar os alunos na eliminação de dúvidas;*
- *Apoiar os alunos na preparação de exames, exercícios escritos e trabalhos;*
- *Ajudar os alunos na aquisição de hábitos e métodos de estudo específicos;*
- *Desenvolver competências de consulta e de utilização de diversas fontes de informação;*
- *Proporcionar orientação e apoio na realização de trabalhos escolares designadamente nos trabalhos de casa.*

Observados os objetivos propostos, comprova-se que foram integralmente atingidos.

A valência *Salão de Estudo* é um serviço prestado à comunidade escolar, em "Regime Livre", por isso fora de qualquer acordo ou protocolo com outras entidades.

Considerando o elevado custo que está a imputar à Misericórdia, esta oferta foi reestruturada em toda a sua dimensão e funcionamento, concretamente no que respeita à comparticipação familiar. Ainda assim, continua a ser um serviço gerador de avultados prejuízos, pondo em risco a sustentabilidade de outras valências.

1.2 População Adulta

No âmbito desta área de atividade, a Santa casa da Misericórdia de Fafe "oferece" serviços em importantes respostas sociais, de acordo com a procura da população. Na População Adulta as respostas sociais são as seguintes:

- Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas;
- Serviço de Apoio Domiciliário a Idosos;
- Serviço de Apoio Domiciliário a Deficientes;
- Centro de Dia;
- Cantina Social;
- Lar Residencial.

População Adulta	Utentes
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	245
Serviço de Apoio Domiciliário a Idosos	45
Serviço de Apoio Domiciliário a Deficientes	33
Centro de Dia	10
Cantina Social	21
Lar Residencial	19
TOTAL	**373**

Examinando estes dados, confirma-se que no conjunto dos seis serviços o que tem maior procura são as *Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas* (ERPI), confirmada pela cada vez maior lista de espera.

Consideramos que tal se deve às transformações verificadas na sociedade, especialmente de índole demográfica e familiar, como o progressivo envelhecimento da população e o aumento da esperança média de vida.

Assim, entendemos que deve ser feita uma aposta numa maior oferta de alojamentos em ERPI, mesmo que tal implique funcionamento em "Regime Livre". Para este efeito continua a negociação com os Serviços Técnicos do Centro Distrital de Braga da Segurança Social, no sentido da ampliação da ERPI *Santo António*.

De salientar ainda a tão esperada abertura da resposta social Lar Residencial para pessoas portadoras de deficiência. Relativamente a esta nova resposta, analisaremos a mesma mais à frente.

1.2.1 Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), com 245 utentes, distribuidos por 5 equipamentos sociais, destina-se a ser uma Resposta Social para alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de saúde primários.

A ERPI tem por missão ser uma «casa de família» dos seus utentes, que necessitam de assistência e apoio, contribuindo para a estabilização, autonomia ou estimulação do envelhecimento ativo e integração social.

Além das Obras de Misericórdia e da cultura institucional e caritativa da Misericórdia, entre outros, constituem princípios gerais que presidem à filosofia de trabalho e gestão da ERPI os princípios da dignidade humana, da família como célula cristã fundamental da sociedade, da corresponsabilidade, da entreajuda e participação, da universalidade e igualdade, da solidariedade e economia social, da equidade social, da diferenciação positiva, da inserção social, da tolerância e da informação.

A ERPI, nas suas atividades, visa a consecução dos seguintes objetivos:

- *Acolher pessoas idosas, cuja situação social, familiar, económica e/ou de saúde, não lhes permite permanecer no seu meio habitacional de vida;*
- *Proporcionar serviços permanentes e adequados à problemática biopsicossocial das pessoas idosas;*
- *Prestar os apoios necessários às famílias dos idosos, no sentido de preservar e fortalecer os laços familiares;*
- *Proporcionar alojamento, alimentação, assistência religiosa, ajuda psicológica e ocupação organizada e acompanhada dos tempos livres;*
- *Assegurar a prestação dos cuidados adequados à satisfação das necessidades, tendo em vista a manutenção da autonomia e independência e a promoção da sua qualidade de vida, potenciando a integração social;*
- *Criar condições que permitam preservar e incentivar a relação inter-familiar;*
- *Encaminhar e acompanhar as pessoas idosas para soluções adequadas à sua situação;*
- *Fomentar o processo de envelhecimento ativo;*
- *Facultar ao Utente o acesso a elementos lúdicos e audiovisuais, de leitura e bibliográficos, assim como a festas, passeios e visitas a diversas localidades e monumentos;*
- *Potenciar o convívio social entre os utentes e os seus familiares, amigos e a comunidade.*

Analisados os objetivos propostos, comprova-se que foram integralmente atingidos e que se trata de uma valência que continua a ter bastante procura, razão por que, em nosso entendimento, se deve continuar a apostar na promoção da qualidade do serviço, concretamente na formação do pessoal, nas infraestruturas e no equipamento.

1.2.2 Serviço de Apoio ao Domicílio a Idosos (SADI)

O *Serviço de Apoio ao Domicílio* (SAD) é uma Resposta Social que abrangeu 45 utentes no ano de 2019 e que consiste na prestação de cuidados e serviços individualizados e personalizados no domicílio das pessoas quando, por motivo de doença, deficiência, idade, ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e/ou atividades da vida diária.

O cumprimento desta missão obedece a uma estratégia de respeito pelos imperativos legais em vigor e pelos direitos do utente como pessoa, e enquanto ser biopsicossocial e espiritual dotado de dignidade e direitos, cuja relação assenta num compromisso com a qualidade e os mais elevados padrões éticos.

Além das Obras de Misericórdia e da cultura institucional e caritativa da Misericórdia, entre outros, constituem princípios gerais que presidem à filosofia de trabalho e gestão do SAD os princípios da dignidade humana, da família como célula cristã fundamental da sociedade, da corresponsabilidade, da entreajuda e participação, da universalidade e igualdade, da solidariedade e economia social, da equidade social, da diferenciação positiva, da inserção social, da conservação dos direitos adquiridos, da tolerância e da informação.

O *Serviço de Apoio ao Domicílio a Idosos*, nas suas atividades, visa alcançar os seguintes objetivos:

- *Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos utentes e famílias;*
- *Prevenir a institucionalização desnecessária, decorrentes de situações de dependência;*
- *Acautelar crises e a deterioração grave da situação pessoal e familiar;*
- *Proporcionar apoio personalizado aos utentes e/ou suas famílias no seu domicílio, de forma a criar condições facilitadoras de desenvolvimento global, assegurando-lhe cuidados de ordem física e apoio social, estabilidade emocional e vivencia social.*
- *Contribuir para a promoção de atividades de sensibilização à comunidade envolvente que tenham por objetivo facilitar a integração do utente dependente, objetivando contribuir para a melhoria da qualidade de vida;*
- *Facilitar o acesso a serviços da comunidade;*
- *Promover a autonomia dos utentes;*
- *Prestar apoio psicossocial aos utentes e familiares, de modo a contribuir pra o seu equilíbrio, bem-estar e melhoria da qualidade de vida.*

Examinados os objetivos atrás prescritos, confirma-se que foram plenamente atingidos e que se trata de uma valência que continua a ter bastante procura, razão por que, em nosso entendimento, deve continuar no quadro das valências da Misericórdia e também porque contribui para a permanência das pessoas no seu meio habitual de vida, retardando ou evitando o recurso a estruturas residenciais.

1.2.3 Serviço de Apoio ao Domicílio a Deficientes (SADD)

O *Serviço de Apoio ao Domicílio a Deficientes* (SADD) é uma Resposta Social que tem como objetivo a prestação de cuidados e serviços a famílias e ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e ou psíquica e que não

possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito.

O *Serviço de Apoio ao Domicílio a Deficientes* (SADD), visa a consecução dos seguintes objetivos:

- *Concorrer para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e famílias;*
- *Contribuir para a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar;*
- *Contribuir para a permanência das pessoas no seu meio habitual de vida, retardando ou evitando o recurso a estruturas residenciais;*
- *Promover estratégias de desenvolvimento da autonomia;*
- *Prestar os cuidados e serviços adequados às necessidades dos utentes (mediante contratualização);*
- *Facilitar o acesso a serviços da comunidade;*
- *Reforçar as competências e capacidades das famílias e de outros cuidadores.*

Analisados os objetivos prescritos, confirma-se que foram plenamente atingidos, devendo, em nosso entendimento, continuar no quadro das valências da Misericórdia e também porque contribui para a permanência das pessoas no seu meio habitual de vida, retardando ou evitando o recurso a estruturas residenciais.

1.2.4 Centro de Dia (CD)

O *Centro de Dia* (CD) é uma Resposta Social que se destina a pessoas idosas de ambos os sexos que proporciona, em horário diurno, um conjunto diversificado de serviços e atividades de desenvolvimento pessoal tendentes ao bem-estar do utente e ao seu equilíbrio emocional e físico, e de apoio à respetiva família.

O cumprimento desta missão obedece a uma estratégia de respeito pelos imperativos legais em vigor e pelos direitos do utente como pessoa, e enquanto ser biopsicossocial e espiritual dotado de dignidade e direitos, cuja relação assenta num compromisso com a qualidade e os mais elevados padrões éticos.

Além das Obras de Misericórdia e da cultura institucional e caritativa da Misericórdia, entre outros, constituem princípios gerais que presidem à filosofia de trabalho e gestão do Centro de Dia os princípios da dignidade humana, da família como célula cristã fundamental da sociedade, da corresponsabilidade, da entreajuda e participação, da universalidade e igualdade, da solidariedade e economia social, da equidade social, da diferenciação positiva, da inserção social, da tolerância e da informação.

O *Centro de Dia*, nas suas atividades, visa alcançar os seguintes objetivos:

- *Proporcionar serviços adequados à satisfação das necessidades dos Utentes;*
- *Promover relações do utente com a comunidade e na comunidade;*
- *Prestar apoio psicossocial;*
- *Fomentar relações interpessoais e intergeracionais;*
- *Favorecer a permanência da pessoa idosa no seu meio habitacional de vida;*
- *Contribuir para retardar ou evitar a institucionalização;*
- *Contribuir para a prevenção de situações de dependência, promovendo a autonomia, funcionalidade e independência pessoal e social do utente;*
- *Facilitar a conciliação da vida familiar e profissional;*
- *Prevenir doenças degenerativas.*

Analisados os objetivos propostos, comprova-se que foram integralmente atingidos e que se trata de uma valência que continua a ter muita procura, razão por que, em nosso entendimento, se deve continuar a apostar na promoção da qualidade do serviço, concretamente na formação do pessoal, nas infraestruturas e no equipamento.

1.2.5 Cantina Social (CS)

A *Cantina Social* (CS) é uma Resposta Social inserida na Rede Solidária de Cantinas Sociais, constituindo-se como uma resposta de intervenção no âmbito do Programa de Emergência Alimentar, que assegura aos utentes refeições diárias, destinadas, preferencialmente, ao consumo externo e, caso tenha condições, pode ainda fornecer refeições ao domicílio.

Este serviço começou em 2012, prevendo-se a sua extinção para breve, sendo substituída por um novo modelo de apoio.

A *Cantina Social*, visa a consecução dos seguintes objetivos:

- *Garantir alimentação à população carenciada, através da disponibilização de refeições*
- *Promover a autoestima através da prática de hábitos de higiene;*
- *Sempre que seja necessário, encaminhar para outros serviços.*

Observados os objetivos propostos, comprova-se que foram integralmente atingidos e que se trata de uma valência que continua a ter bastante procura. O recente anúncio da substituição desta resposta pela distribuição de cabazes alimentares, em nosso entendimento, perderá eficácia social e não garantirá alimentação aos beneficiários. Dever-se-ia continuar a apostar na promoção da qualidade do serviço (cantina social) e, se possível, estendê-lo a mais famílias.

1.2.6 Lar Residencial (LR)

O *Lar Residencial* é uma Resposta Social desenvolvida em equipamento, que se destina a pessoas portadoras de deficiência e incapacidade, de ambos os sexos, com idade igual ou superior a 16 anos. À data de admissão, as capacidades dos mesmos não lhes permitem, temporária ou permanentemente, ter acesso aos cuidados essenciais para a sua segurança e bem-estar no seu meio familiar.

Esta nova resposta social, teve abertura em Julho de 2019 e localiza-se no edifício D. Alzira Oliveira Sampaio, com uma capacidade para 30 utentes, sendo que o número de utentes abrangido pelo acordo de cooperação estabelecido com a Segurança Social é de 28 utentes.

Este Lar tem por missão ser uma «casa de família» dos seus utentes, que, necessitam de assistência e apoio, contribuindo para a estabilização, autonomia e integração social.

Além das Obras de Misericórdia e da cultura institucional e caritativa da Misericórdia, entre outros, constituem princípios gerais que presidem à filosofia de trabalho e gestão do Lar Residencial os princípios da dignidade humana, da família como célula cristã fundamental da sociedade, da coresponsabilidade, da entreajuda e participação, da universalidade e igualdade, da solidariedade e economia social, da equidade social, da diferenciação positiva, da inserção social, da tolerância e da informação.

O *Lar Residencial*, nas suas atividades, visa alcançar os seguintes objetivos:

- *Disponibilizar alojamento e apoio residencial permanente ou temporário;*
- *Promover condições de vida e de ocupação que contribuam para o bem-estar e qualidade de vida adequadas às necessidades específicas dos seus destinatários;*
- *Promover estratégias de reforço da autoestima, da valorização e de autonomia pessoal e social;*
- *Assegurar condições de estabilidade aos utentes, reforçando a sua capacidade autonómica para a organização das atividades da vida diária;*
- *Prestar apoio na integração escolar, em centros de atividades ocupacionais, na formação profissional, no emprego protegido ou no acesso ao mercado normal de trabalho;*
- *Privilegiar a integração com a família e com a comunidade, no sentido da respetiva integração social;*
- *Proporcionar o bem-estar físico e psicológico necessário ao equilíbrio global, de acordo com as necessidades individuais de cada utente;*
- *Proporcionar atividades de âmbito terapêutico, de modo a promover o bem-estar biopsicossocial dos utentes;*
- *Promover formas de entretenimento e lazer;*
- *Fomentar a auto representação possibilitando a sua participação ativa nas decisões de carácter pessoal.*

Analisados os objetivos propostos, reportando-nos ao fim do ano de 2019, altura em que já eram 19 os utentes admitidos, comprova-se que os objetivos foram atingidos. Ao longo do ano de 2020 continuar-se-á a admitir novos utentes e trabalhar-se-á na promoção da qualidade do serviço, sobretudo ao nível das infraestruturas, de modo a dota-las de um maior conforto para os nossos utentes, bem como ao nível da formação do pessoal, já que estamos perante uma população alvo com caraterísticas muito específicas.

1.3 Saúde

Nos termos e ao abrigo do Decreto-Lei 138/2013, de 9 de outubro, foi assinado no dia 14 de novembro de 2014, o Acordo de Cooperação entre a Administração Regional de Saúde do Norte, IP (ARS Norte, IP) e a Santa Casa da Misericórdia de Fafe (SCMF), através do qual foi devolvido o Hospital de S. José de Fafe (HSJF) à SCMF.

Tendo presente a história das Misericórdias na área da saúde, da qual a Santa Casa Misericórdia de Fafe não é exceção, esta valência representa para a SCMF uma importante área de atividade, que se tem vindo a consolidar no último ano, quer a nível dos serviços prestados, através de novas especialidades e horários diferenciados, quer pelo crescente número de utentes que diariamente procuram os nossos serviços.

Assim, convém salientar que a Santa Casa da Misericórdia de Fafe possui diversos protocolos na área da Saúde, nomeadamente com: ARS Norte, I.P., IASFA/ADM, SAD GNR, SAD PSP, SAMS/Quadros, Advancecare, Multicare, Médis, Serviços Sociais da Caixa Geral de Depósitos, Ageas e Medicare.

O maior objetivo para 2020 é alargar a mais parceiros de negócio, como seguradoras e outras clínicas que não disponham de bloco, para dar saída à sua atividade cirúrgica.

Na valência Hospital, foram desenvolvidas as atividades normais da unidade como Serviço de Urgência Básica, Análises Clínicas, Consulta Externa, Medicina Física e de Reabilitação, Imagiologia, internamento para Descanso do Cuidador, Cirúrgico, Unidade de Cuidados Continuados (tipologia convalescença), Serviço de Gastroenterologia e Hemodialise.

De salientar que em 2019 se destaca a introdução de mais especialidades cirúrgicas e não cirúrgicas na Consulta Externa: Cirurgia Vascular, Endocrinologia, Otorrinolaringologia (ORL), Pneumologia e Urologia. Foi solicitado também que para além das especialidades cirúrgicas já convencionadas com a ARS Norte (Cirurgia Geral, Medicina Interna, Oftalmologia, Ortopedia) fossem acrescidas, Cirurgia Vascular, ORL e Urologia ao Acordo de Cooperação assim como a introdução de uma linha de produção cirúrgica de convencional para que a população de Fafe e concelhos limítrofes não necessitem de se deslocar para outras cidades para cirurgia mais pesada como próteses de anca ou joelho, procedimentos de urologia, etc.

Convirá referir, que a Unidade Hospitalar de Fafe, além da produção cirúrgica preconizada como objetivo no acordo de cooperação, fez ainda mais 253 cirurgias num Acordo estabelecido com a ARS Norte, I.P., através de uma linha direta com o Hospital de Guimarães de forma a aliviar as listas de espera daquele hospital. Referir também que em agosto do ano económico a que diz respeito este relatório, já tinha efetivado mais atos de cirurgia privada social que na totalidade do ano anterior, visando a sustentabilidade da SCMF.

Para além da operacionalidade já referida, trabalhámos afincadamente no âmbito do SIGIC (Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia), que rececionou vales de cirurgia que saem dos hospitais centrais ao final de 6 meses, e notas de transferência, ou seja, ao final de três meses, qualquer doente a nível nacional poderá optar pelo Hospital de Fafe ou outros para efetuar a sua cirurgia. Este protocolo surge entre o Ministério e a UMP e prevê na tabela de pagamento atual (2012) um desconto de 10% no valor do ato descrito. O grande objetivo deste protocolo é ajudar o Ministério da saúde a combater as listas de espera. A perspetiva é que o mesmo se mantenha nos próximos anos no combate às listas de espera para cirurgia a nível nacional.

Na restante atividade hospitalar, prevê-se manter a estratégia de procura e reforçar novos parceiros de negócio, nomeadamente na área dos seguros. Pode-se antecipar que além das especialidades já descritas, estão já previstas para 2020, a especialidade de Cirurgia Plástica Reconstrutiva e Dermatologia.

1.3.1 Produção Realizada

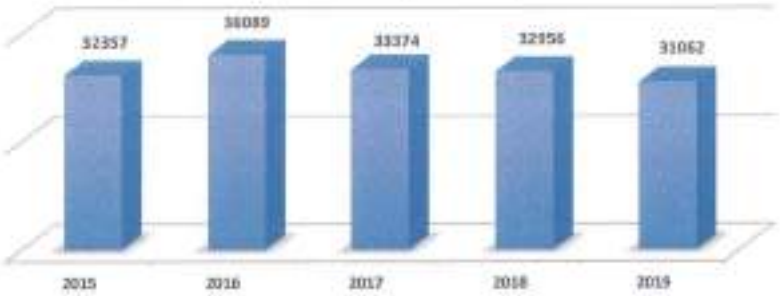
1.3.1.1 Serviço de Urgência Básica (SUB)

Os SUB são o primeiro nível de acolhimento a situações de urgência, de maior proximidade das populações, e constituem um nível de abordagem e resolução das situações mais simples e mais comuns de urgência.

Os SUB constituem- se ainda como um nível de estabilização inicial de situações urgentes de maior complexidade nas situações que exijam um nível de cuidados mais diferenciado, e em que o Sistema de Emergência Médica Pré-hospitalar não tenha condições para assegurar o transporte direto seguro para esse nível de responsabilidade de SU mais elevado, ou quando o utente não recorra aos serviços de atendimento telefónico que existem ao dispor do Sistema Nacional de Saúde (112 e Linha Saúde 24) e, como tal, se dirija diretamente aos SUB.

O seu horário de funcionamento é de 24h por dia, 365 dias por ano. Este serviço é complementado pela unidade de imagiologia (24h) e análises clínicas de segunda a sábado.

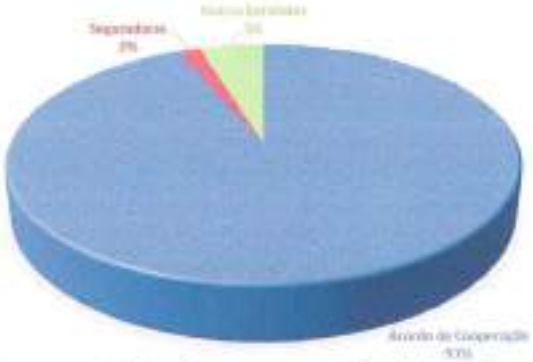
Nº atendimentos Serviço de Urgência Básica



Parte integrante do Acordo de Cooperação, continua a acreditar-se na importância deste serviço, porque permite ao utente ter uma alternativa aos fluxos desmesurados dos grandes centros hospitalares oferecendo um serviço diferenciador e permitindo o encaminhamento se o utente assim o entender, para consultas de especialidade.

Mantém-se a tendência dos últimos anos na curva da procura por este serviço, com maior incidência em épocas de doenças sazonais, e na assistência a sinistrados. No Gráfico seguinte é possível ver a distribuição dos atendimentos.

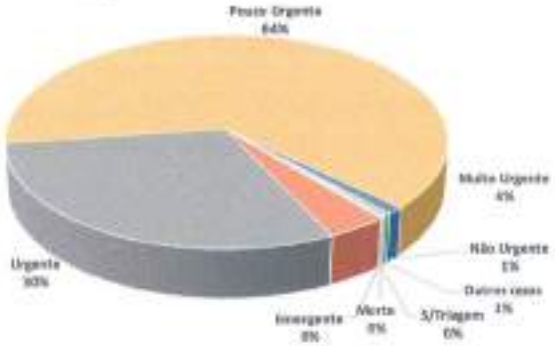
DISTRIBUIÇÃO DOS ATENDIMENTOS POR ENTIDADES



O n.º de atendimentos diminuiu em cerca de 6% ao longo do ano de 2019. De salientar ainda que do total de 31.062 atendimentos, 29.071 atendimentos foram no âmbito do Acordo de Cooperação, tendo-se cumprido 99,48% desta linha de produção.

O diferencial entre a totalidade de atendimentos e da linha de produção dizem respeito a sinistrados.

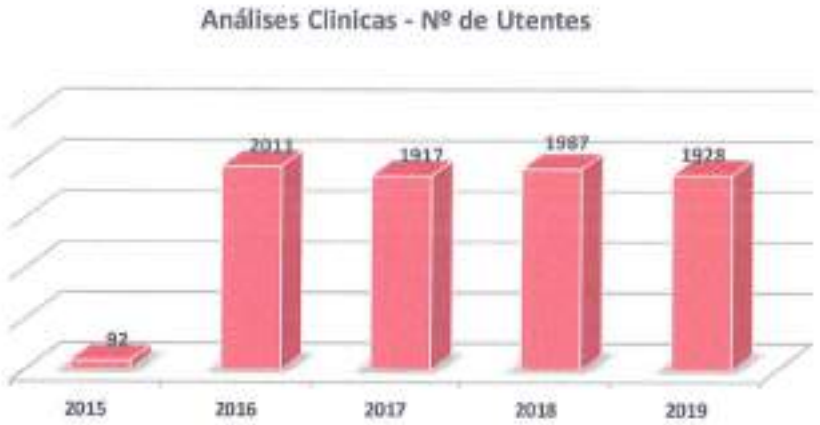
Triagem de Manchester 2019



Através do gráfico anterior constata-se que a grande maioria dos utentes que recorrem a este serviço, são considerados pouco urgentes (64%), o que é representativo da necessidade de reeducar a população para que os serviços de SUB sejam utilizados para urgências efetivas e os cuidados primários utilizados para os episódios menos urgentes.

1.3.1.2 Análises Clínicas

A atividade desenvolvida pelo serviço teve, como já é habitual, a satisfação das necessidades do utente e dos profissionais de saúde envolvidos no diagnóstico e prestação dos cuidados de saúde, cumprindo os prazos de execução preconizados e regulando a sua atividade com o rigor técnico e científico exigido por padrões de qualidade e excelência.



O n.º de utentes que procuraram o serviço em 2019 teve um decréscimo de 3,06% e o número de análises clínicas efetuadas decresceu em cerca de 38,94%, face ao ano anterior.

No próximo ano é imprescindível um estreitamento com o parceiro UNILAB, para a expansão do serviço, uma vez não faz qualquer sentido o decréscimo apresentado. Convém ainda salientar que o resultado anual não é mais baixo dado que a produção interna de análises clínicas se encontra incluída no preço compreensivo da consulta de especialidade.

Convirá também que as restantes valências, em caso de necessidade recorram ao nosso serviço, pela segurança dos resultados e essencialmente pelo conforto da recolha.

1.3.1.3 Consulta Externa

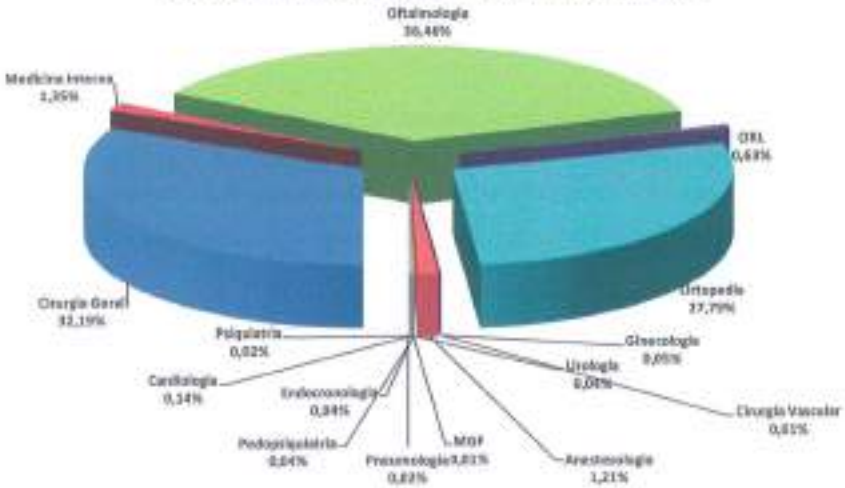
O acordo celebrado com a ARS Norte, a 01 de janeiro de 2015, tendo por base um histórico calculado à altura pela operacionalidade enquanto Hospital público, obrigou a redefinir estratégicas uma vez que a produção efetuada no âmbito da consulta e cirurgia tem um impacto profundo nos resultados operacionais, principalmente porque os últimos quatro anos não ajudaram a percecionar a tendência da procura por especialidade nem é possível a partir de dado estágio faze-lo.

O planeamento da consulta é feito de acordo com a produção cirúrgica prevista e obviamente da procura, por isso, ao longo dos anos é visível uma oscilação no número de atendimentos por especialidade. Os tempos previamente definidos pela ACSS, na resposta das duas áreas (consulta e cirurgia), dificultam o controlo do serviço e exigem um esforço adicional do controlo da produção para atingir os objetivos definidos pelo Estado e evitar penalizações contratuais.

Consulta Externa - Nº de Atendimentos

Em termos de atendimento, este serviço registou um volume de 10.047, cerca de menos 13,02% face a 2018. Este desnível, incorre relativamente ao ano transato, dado que as consultas pré e pós cirúrgicos estavam a ser contabilizadas quando na realidade fazem parte da linha cirúrgica e por isso não devem estar integradas nesta rubrica. Deste total, 5.082 foram primeiras consultas e 4.965 consultas subsequentes. Nas consultas de especialidade o peso afeto ao CTH é de 87,64%, 6,05% são consultas SIGIC, 2,90% Linha afeta a outros Hospitais, 3,40 % de privados, seguros, subsistemas e 0,08% em consulta não médica (Psicologia, Pedologia e Nutrição).

% de Consultas Médicas p/Especialidade realizadas em 2019



Destes 10.047 atendimentos efetuados em 2019, 36,46% correspondem a consultas de especialidade de Oftalmologia, 32,19% a Cirurgia Geral e 27,79% a Ortopedia. O que perfaz um peso de 96,44% da consulta nestas três especialidades. De salientar ainda que o número de consultas privadas face ao ano transato teve um crescimento de 99,28%.

1.3.1.4 Medicina Física de Reabilitação

O Serviço de Medicina Física e de Reabilitação teve em 2019 uma operacionalidade de segunda a sexta das 8h às 20h. Os serviços prestados são: consulta de fisiatria, fisioterapia, terapia ocupacional, terapia da fala, eletroterapia, cinesioterapia respiratória, reabilitação do pavimento pélvico e incontinência, hidroterapia e mesoterapia.

Em termos evolutivos mantem-se a tendência de crescimento dos últimos cinco anos, com um aumento de 27,23% em relação a 2018 no número de atendimentos/utentes. No que concerne ao peso da consulta de fisiatria no nº total de atendimentos, esta tem um peso relativo de 2,11%. O peso relativo dos tratamentos diários é de 97,89%.

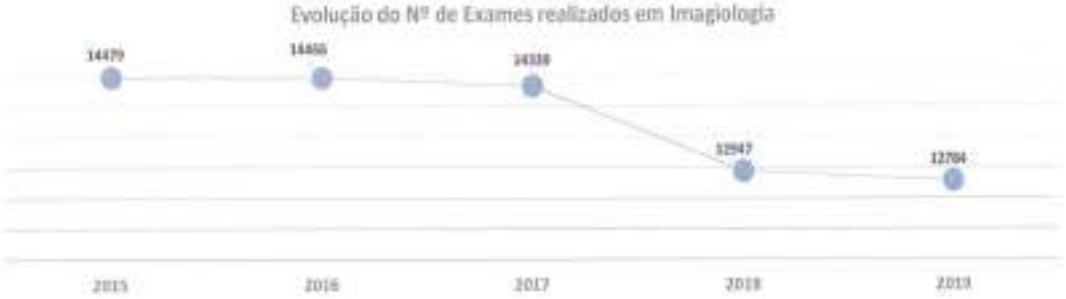
Pese embora o trabalho desenvolvido nestes últimos anos, o desafio para 2020 será a procura de novas parcerias com seguradoras, nomeadamente na vertente de seguros de acidentes pessoais (com alguns clubes de futebol ou outras modalidades) incrementar a produção originária dos cuidados primários, melhorar as condições e prestação de serviço à unidade de convalescença e camas supletivas e no internamento de descanso do cuidador. Serviço aberto em abril de 2019 com duas enfermarias, para doentes que embora tenham alta hospitalar, aguardam entrada na rede de cuidados continuados, com necessidade de cuidados clínicos, não podendo por isso ir para o domicílio.

É notório que com o crescimento dos últimos anos e o volume diário de doentes tratados, a ampliação das instalações tornou-se imprescindível ao serviço. Esta necessidade, tornou-se imperativa, com mais salas de tratamento, nomeadamente para terapia da fala e de terapia ocupacional, ampliação do ginásio, que venham complementar o conjunto de atos/serviços já disponibilizados.

Nº Atendimentos - Medicina Física de Reabilitação

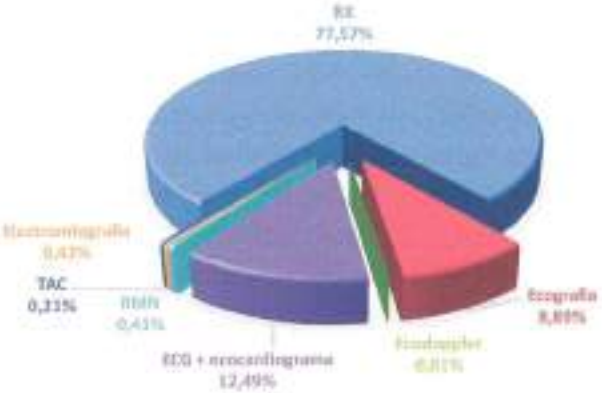
1.3.1.5 Imagiologia

Em termos evolutivos, este serviço desde 2015 manteve mais ou menos a tendência até 2018. No ano de 2019 com bastante esforço na procura de profissionais e divulgação do serviço, relativamente ao ano transato fez menos 163 exames.



Contribui para os resultados deste serviço, a produção interna pelo crescimento da operacionalidade cirúrgica a também a procura externa do serviço.

% DE EXAMES DE IMAGIOLOGIA REALIZADOS EM 2019



Da análise do tipo de exames realizados, mantem-se a tendência dos anos anteriores, com os exames de RX representando 77,57% dos exames efetuados, tendo o ecg + ecocardiograma um peso de 12,49%. A ecografia teve um peso de 8,89%. As TAC representaram um peso de 0,21% e as RMN de 0,41%.

Apesar do nº pouco significativo destes exames, é de salientar o peso financeiro para o Hospital. O contrato programa, SUB e Internamento continuam a ter um peso relevante na produção deste serviço.

1.3.1.6 Gastrenterologia

Aproveitando a abertura em 2015 das convenções para Gastroenterologia, foi efetivada uma candidatura num lote pertencente à zona de Fafe, mas por decisão da Direção Clínica da altura, não haveria interesse para o hospital ficar com essa convenção. Assim foi convidada à altura, a empresa da área SHS, para concorrer com sede fiscal no Hospital de Fafe. As obras e aquisição de todos os equipamentos são pertença do Hospital, assim como o pagamento dos consumíveis utilizados. Entre o início do concurso, aquisição de material e obras, o início de atividade ocorreu já no ano de 2016. Este contrato prevê-se alterar em 2020, uma vez que em termos estratégicos, a forma como foi redigido não é favorável para SCMF.

Do gráfico anterior constata-se que a tendência de exames tem sido mais ou menos homogéneo ao longo dos anos, tendo tido no ano de 2019, um acréscimo de 215 exames face ao período transato.

1.3.1.7 Cirurgia

No que concerne ao plano cirúrgico, foi cumprida a 100% a produção cirúrgica estipulada em termos de Acordo de Cooperação. Redefiniram-se os números de produção face ao ano de 2018 através de adenda, de acordo com a procura tal como na consulta, e de acordo com o *plafond* existente no âmbito do ambulatório.

A valorizados dos atos cirúrgicos no Acordo de Cooperação não é feita pela complexidade do ato em si, mas sim pelo doente e o diagnóstico principal através dos ICM - Índice de *Case-Mix*. Este coeficiente global de ponderação da produção que reflete a relatividade de um hospital face aos outros, em termos da sua maior ou menor proporção

de doentes com patologias complexas e, consequentemente, mais consumidoras de recursos.

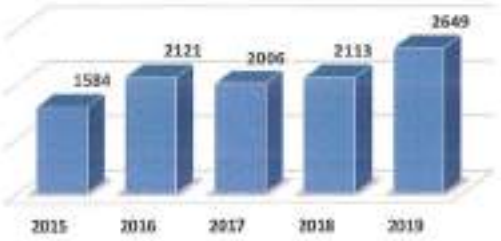
Da Lista dos Agrupamentos de Centros de Saúde da área geográfica de intervenção da ARS preferencialmente referenciadores é o ACES do Alto Ave. As áreas de prestação abrangidas pelo Acordo são: Cirurgia Geral, Oftalmologia, Ortopedia, e Medicina Interna, a última, especialidade não cirúrgica.

O número de cirurgias em 2019 sofreu um acréscimo de 25,37% relativamente a 2018, no âmbito global. Este volume cirúrgico distribuiu-se por 665 pequenas cirurgias, 2649 cirurgias, perfazendo um total de 3314 atos. Em termos percentuais a distribuição é de 20,07% em pequenas cirurgias e 79,93% da cirurgia.

Na cirurgia, 79% são cirurgias originadas pelo Contrato Programa, 10,7% oriundo de SIGIC, 9,6% de outros Hospitais e 0,9% de privado. A percentagem é dominada por três especialidades (98,83%) Oftalmologia, Ortopedia e Cirurgia Geral.

Continua a manter-se o esforço suplementar para minimizar o peso da ARS, pela não dependência da produção do contrato programa e pela dificuldade inerente às constantes alterações no decorrer do mesmo.

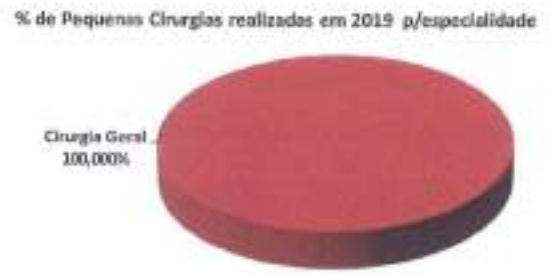
Nº de Cirurgias realizadas entre 2015 e 2019



Em termos de peso relativo, a produção cirúrgica por especialidade, mantém a tendência dos três últimos anos, com as especialidades de oftalmologia, ortopedia e cirurgia geral com 99% do número de atos, como se constata no gráfico seguinte.

Cirurgias p/ Especialidade

No que concerne à pequena cirurgia, em 2019 o domínio foi integralmente da especialidade de Cirurgia Geral com um peso de 100%.



1.3.1.8 Unidade de Cuidados Continuados – Tipologia Convalescença

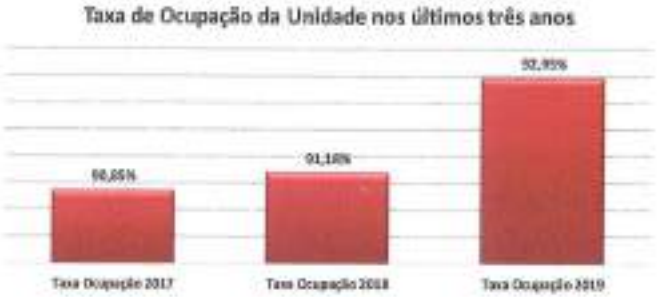
O serviço da unidade de cuidados continuados de convalescença está orientado no sentido da satisfação global dos utentes e seus familiares, tendo como principal objetivo proporcionar maior autonomia e melhorar a qualidade de vida dos utentes que se encontrem em situação de dependência.

A equipa da unidade é multidisciplinar é constituída por diretor clínico da unidade, médico fisiatria, enfermeiros, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, terapeutas da fala, assistente social, psicólogo, nutricionista, auxiliares de ação médica e assistentes administrativos.

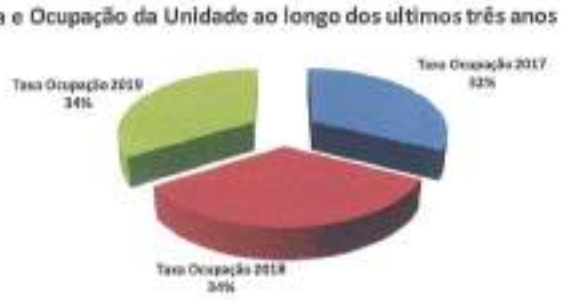
A Unidade visa a prestação de cuidados clínicos, reabilitação e de apoio psicossocial por situação clínica decorrente de recuperação de um processo agudo ou de descompensação de processo patológico crónico e indivíduos com perda transitória de autonomia potencialmente recuperável, assegura diversos serviços: cuidados médicos diários, cuidados de enfermagem permanentes, prescrição/administração de fármacos, cuidados de fisioterapia, terapia ocupacional, terapia da fala, apoio psicossocial, higiene e conforto, alimentação, convívio e lazer.

A unidade de convalescença, com uma capacidade para 27 camas, esteve com uma taxa de ocupação média de 92,95%.

Os utentes caracterizaram-se por serem provenientes de uma população envelhecida, maioritariamente feminina com elevados níveis de dependência e graves carências financeiras o que dá origem a um número considerável de pedidos de prolongamentos socias, uma vez que, apesar de serem utentes com retaguarda familiar, estes, não tem possibilidade de os acolher no domicílio, dada a sua condição sócio económica.



Em 2019 este serviço teve uma média de admissões mensal de 62,9%. Durante 2019, a percentagem de óbitos foi de 1%.



Em 2019, 76% dos utentes tiveram proveniência de hospitais, o que mais uma vez revela que a RNCCI é fundamental para o escoamento dos hospitais centrais e 23% do domicílio.

A grande maioria destes doentes regressaram ao seu domicílio (56%), 17% foram transferidos para outras unidades, 5% para ERPIS e 21% para hospitais de agudos.

1.3.1.9 Unidade de Camas Supletivas

Este serviço foi protocolado em março de 2019, com uma capacidade instalada de 10 camas que se encontram alocadas aos doentes de retaguarda oriundos do Hospital Senhora da Oliveira. Estes doentes caracterizam-se todos por ter ultrapassada a fase aguda e reúnem critérios para integrar a rede de cuidados continuados.

Assim o Hospital Central socorre-se do HSJF para libertar camas, enquanto estes aguardam vaga. Ao longo do ano de 2019 deram entrada 116 doentes e o nº de dias de internamento foi cerca de 1814 dias.

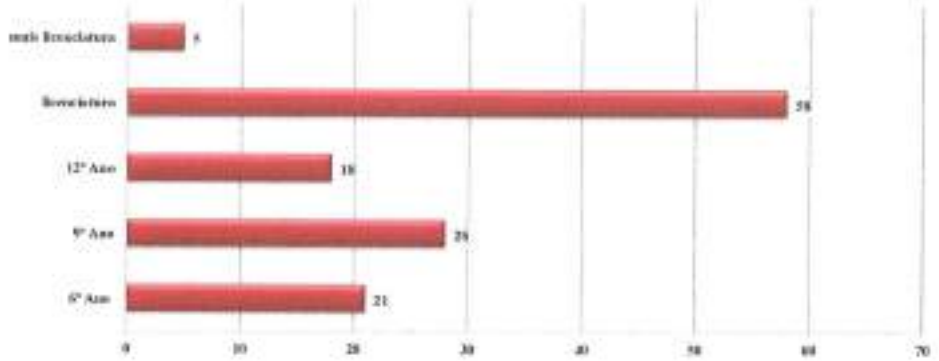
1.3.2 Recursos Humanos da Unidade Hospitalar de S. José - Tipologia

O Capital Humano é o recurso mais importante de qualquer organização e quando se fala de gestão de RH refere-se sem dúvida à temática cujos objetivos mais se alteraram ao longo dos últimos anos. As expectativas sobre os RH's são orientadas cada vez mais pelo desempenho prestado e a sua avaliação depende disso.

Espera-se assim, que sejam um parceiro de atividade e para isso é necessário investimento em formação teórica e prática, num conjunto amplo de competências funcionais que garantam respeito, credibilidade por eles e pelas organizações onde operacionalizam. Espera-se ainda que acrescentem valor e contribuam para os resultados. Para que isto aconteça é necessário que conheçam a função e a atividade onde laboram com a visão de contribuir no objetivo estratégico organizacional, dos quais fazem parte a capacidade de inovação, adaptação a novas tecnologias, novas formas de saber fazer e a eficácia/eficiência no cumprimento dos pressupostos, etc.

Toda esta caracterização permitirá perceber a evolução possível da estrutura em termos futuros e melhorá-la de acordo com os objetivos pretendidos.

nº Colaboradores no Hospital de acordo c/habilitações académicas (2019)



A partir de abril de 2019 o Hospital alterou bastante a sua linha estratégica de RH's no que diz respeito às normas de recrutamento e seleção assim como alteração de procedimentos e adequação de competências. Salienta-se que em termos de habilitações literárias, 48,46% possuem licenciatura ou mais habilitações, 13,85% possui o 12º ano. As habilitações médias dos colaboradores continuam a aumentar. Da afetação de RH, salienta-se que o hospital tem um peso 29,5% dos RH existentes na SCMF. De salientar ainda que o Hospital detém além dos 130 colaboradores diretos, cerca de 52 prestadores de serviço (enfermagem, médicos de especialidades não cirúrgicas, médicos cirurgiões, fisioterapeutas, médicos fisiatras, etc.). Também não seria possível o desenvolvimento da nossa operacionalidade sem o seu esforço e empenho.

Como referenciado anteriormente e pela sua importância para a eficiência dos serviços, o rigor na seleção dos novos colaboradores tem-se traduzido num aumento médio das habilitações dos quadros da SCMF- Hospital. Convém referir que é cada vez mais difícil aglutinar capital Humano para a área, dada a caracterização do sector e as suas exigências.

Têm-se procurado dar resposta às necessidades de especialização e atualização profissional, com o intuito de incrementar a eficácia e qualidade do serviço prestado e simultaneamente melhorar o desempenho dos colaboradores. Nesta lógica, no ano 2019 foram implementadas e facultadas ações de formação a grandes grupos de trabalho e mais especializadas a grupos mais restritos.

1.3.3 Evolução Económica

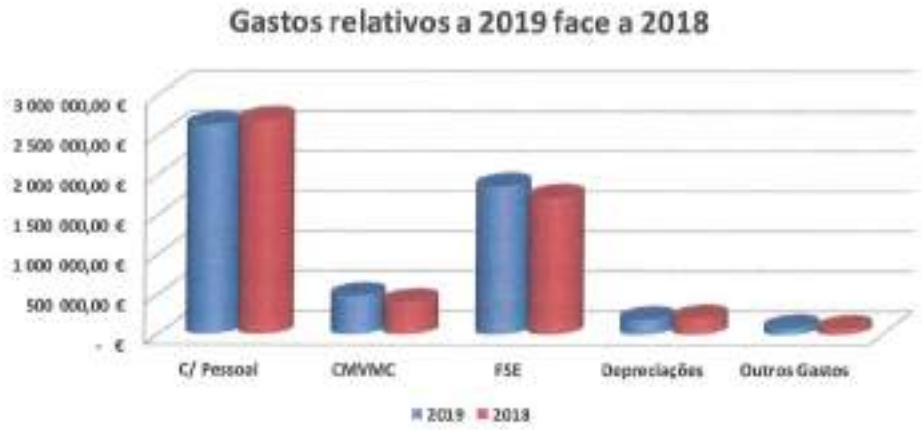
1a) Rendimentos

	2019	2018	Var %
Prestação de Serviços	5 353 647,31 €	4 921 761,87 €	8,78%
Subsídios e Legados à Exploração	8 015,46 €	23 850,45 €	-66,39%
	5 361 662,77 €	**4 945 612,32 €**	**8,41%**

Relativamente a esta rubrica constata-se um aumento de 8,41%, consequência do aumento da prestação de serviços em 8,78%. A rúbrica de Subsídios e Legados à Exploração teve durante o ano de 2019 um decréscimo de 66,39%.

1b) Gastos HSJF

	2019	2018	Var %
C/ Pessoal	2 618 221,46 €	2 686 112,51 €	-2,53%
CMVMC	484 323,25 €	412 672,52 €	17,36%
FSE	1 861 661,95 €	1 719 701,64 €	8,25%
Depreciações	196 121,20 €	213 906,87 €	-8,31%
Outros Gastos	89 376,19 €	80 044,26 €	11,66%
Totais	**5 249 704,05 €**	**5 112 437,80 €**	**2,68%**



Os gastos sofreram um aumento face a 2018 de 2,68%. Esse agravamento deve-se em grande medida como é percetível pelos mapas acima, à rubrica de CMVMC, com um impacto de 17,36% e de FSE (nomeadamente com honorários médicos e subcontratos) em 8,25%, provocada pelo incremento da operacionalidade. Também a rubrica" outros gastos" sofreu um acréscimo de 11,66%. Na rúbrica Depreciações houve variação de 17.785,67€, face ao ano transato.

2. ATIVIDADES SOCIOCULTURAIS E SOCIOEDUCATIVAS

2.1 Infância e Juventude

INTRODUÇÃO

Este relatório tem por base os dados constantes nos Planos Anuais de Atividades dos anos letivos 2018/2019 (com o tema *meio ambiente e cidadania*) e 2019/2020 (com o tema *crescer com emoções*) do setor educativo da Santa Casa da Misericórdia. Visa compilar num documento único a apreciação feita sobre o desenvolvimento das atividades realizadas na Creche e na Educação Pré-Escolar dos Jardins de Infância n.º 1 e n.º 2, bem como nos Centros de Atividades de Tempos Livres e no Salão de Estudo.

ATIVIDADES PROGRAMADAS

Estas valências definiram as atividades com base nos objetivos do projeto educativo da instituição e nos interesses das crianças. Estas atividades exigiram uma planificação estruturada feita em conjunto por todo o corpo docente e procurou-se incluir na sua participação não só as crianças e o pessoal auxiliar de ação educativa, mas também, sempre que possível, os pais/encarregados de educação, assistentes operacionais, autarquia e outros parceiros).

- **JANEIRO**

1. Cantar dos Reis à Comunidade (elaboração de coroas e capas feitas com material reciclado).

O mês de janeiro, marcado pelo início do ano civil e pelo término das celebrações relacionadas com a época natalícia, teve como primeira atividade programada o "Cantar dos Reis à Comunidade". Neste sentido, por convite da Câmara Municipal e em conjunto com outras Instituições do município desenrolou-se a atividade dos "Cantares dos Reis" ao Sr. Presidente da Câmara, no Pavilhão Multiusos. Ainda no contexto desta celebração foi organizada um lanche para os pais e uma visita aos Lares da Instituição para que as crianças da educação pré-escolar pudessem também cantar os reis aos utentes e colaboradores da instituição.

Cantar dos Reis ao Sr. Presidente da Câmara.

Reis 2019.

- **MARÇO**

1. Desfile de Carnaval (desfile com a comunidade, com a elaboração de fatos alusivos ao tema do projeto);

2. Dia do Pai: "À descoberta da rota da cidadania" – trilho com os pais numa caminhada;

3. Realização de panfletos com mensagens relacionadas com a necessidade de proteger e defender o meio ambiente, para serem entregues à população.

De acordo com o previsto, no do mês de março comemorou-se o Carnaval. Para assinalar esta data festiva e tendo em conta que as crianças da educação pré-escolar viriam a participar no Desfile de Carnaval das Escolas do Município, foram elaborados os disfarces alusivos ao tema do projeto que adotou o slogan - "Sim, eu posso ajudar a Salvar o Planeta". A avaliação desta atividade foi bastante positiva tendo o desfile proporcionado às crianças e ao público momentos de muita alegria e diversão.

No âmbito da celebração do dia do pai programou-se para este mês uma caminhada ao ar livre através da qual se trabalhou a consciência ambiental. Esta atividade teve como objetivo fortalecer laços familiares e institucionais e contribuir para a promoção da atividade física e hábitos saudáveis, bem como sensibilização das crianças e pais para os problemas de caráter ambiental. Foi visível a alegria das crianças e dos pais nos diversos momentos.

No que toca à realização de panfletos com mensagens relacionadas com o meio ambiente, foram executados pelas crianças da educação pré-escolar e depois distribuídos à comunidade em vários pontos da cidade.

Desfile de Carnaval.

Desfile de Carnaval.

Desfile de Carnaval.

Caminhada Dia do Pai.

Panfleto.

- **ABRIL**

1. **Visita Pascal;**
2. **Caça aos ovos de Páscoa: jogos ao ar livre;**
3. **Peça de teatro: dia da terra (cuidados a ter com o nosso planeta).**

O mês de abril destacou-se pela celebração da Páscoa. Entender o significado desta celebração foi o primeiro passo do trabalho realizado com as crianças. Realizou-se posteriormente a Visita Pascal e a atividade "Caça aos ovos de Páscoa: jogos ao ar livre". Durante este mês realizou-se ainda a peça de Teatro "Um dia na Floresta" que teve como objetivo alertar para os cuidados a ter com o nosso planeta.

Visita Pascal.

Peça de Teatro: dia da Terra.

- **MAIO**

1. **Olimpíadas do meio ambiente: sessões semanais de movimento ar livre;**
2. **Dia da mãe: criação de canteiros de ervas aromáticas.**

Relativamente ao mês de maio, a primeira atividade debruçou-se sobre as questões ambientais em estudo. Organizaram-se sessões de movimento ao ar livre que se realizaram semanalmente nos espaços abertos de jardim de ambos os infantários e o parque da cidade.

A celebração do dia da mãe foi realizada através de um encontro nos jardins de ambos os estabelecimentos educativos. No espaço ao ar livre e em conjuntos com as crianças, as mães deram asas às suas habilidades e criaram canteiros de ervas aromáticas.

Atividade do dia da

- **JUNHO**

1. Atividades de comemoração do dia da criança alusivas a hábitos benéficos em prol do meio ambiente;

2. Festas de finalistas;

3. Festa de encerramento das atividades educativas (festa de final de ano a decorrer no pavilhão multiusos com tema alusivo aos projetos trabalhados ao longo do ano).

O mês de junho iniciou-se com os festejos do Dia Internacional da Criança. Com o intuito de promover um dia diferente as crianças da educação pré-escolar assistiram a um musical organizado pelo município, no Pavilhão Multiusos e decorreram também atividades alusivas a hábitos benéficos em prol do meio ambiente em ambos os estabelecimentos de educação. As crianças demonstraram alegria, e estiveram sempre participativas e curiosas.

Também neste mês, houve lugar às tradicionais festas de finalistas que foram o marco final de um percurso de 5 anos. Foi possível proporcionar às crianças e a todo o corpo docente um momento muito agradável e recompensador de todo o trabalho, empenho e dedicação.

Findo o ano letivo, assinalou-se a data com a Festa de Encerramento das Atividades Educativas. Esta festa decorreu no pavilhão multiusos com tema geral alusivo aos projetos trabalhados ao longo do ano e contou com a participação de todas as valências do setor educativo da instituição. Foi uma festa marcante e assinalou o término de mais um ano letivo e das aprendizagens alcançadas.

Dia da Criança.

Festa de Finalistas 2019.

Festa de Finalistas 2019.

Festa de Encerramento das Atividades Educativas

- **JULHO / AGOSTO**

1. Passeios de final de ano (visitas de estudo relacionadas com temas em estudo em cada sala de atividades ou com o projeto desenvolvido no jardim de infância durante o ano letivo);

2. Atividades Livres.

Estes meses foram marcados pelos passeios de final de ano e pela realização de atividades de caráter livre, encontrando-se o setor educativo encerrado na segunda quinzena de agosto para férias do pessoal e preparação das instalações para o ano letivo seguinte.

- **SETEMBRO (Novo Ano Letivo 2019/2020)**

1. Atividades livres (acolhimento das crianças);

2. Sensibilização para o tema do projeto (*"Crescer com Emoções"*) através da visualização de um filme.

O mês de setembro foi, essencialmente, dedicado à adaptação das crianças às novas salas e novos colegas e à sensibilização para o tema do novo projeto a desenvolver no ano letivo 2019/2020.

- **OUTUBRO**

1. Dia Mundial do Sorriso: "O mural dos nossos sorrisos" (exposição fotográfica dos sorrisos de todas as crianças);

2. Formação dirigida aos pais subordinada aos temas "Educar no século XXI" e "Não gosto de birras e agora".

As atividades pensadas para o mês de outubro surgiram na ótica do conhecimento das diferentes emoções que podem ser sentidas. Através da atividade do mural dos nossos sorrisos, pretendeu-se ilustrar uma delas, a alegria, através de fotografias dos sorrisos das crianças. Esta atividade revelou-se um elemento de comunicação visual bastante poderoso e positivo neste início de ano letivo.

A formação dirigida aos pais teve como temas "Educar no século XXI" e "Não gosto de birras e agora" e foi dirigida por um Psicólogo convidado. Esta atividade permitiu fomentar a participação da família nas atividades educativas e promover o envolvimento e articulação entre os diversos contextos de vida das crianças. Foi bastante apreciada e valorizada pelos enc. de educação, pois de uma forma lúdica e prática, foi

possivel apreender conteúdos científicos e conhecer estratégias adequadas a aplicar em diversas situações.

Formação dirigida aos pais.

- **NOVEMBRO**

1. **"Apreciar a bondade" (teatro de sombras com a Lenda de S. Martinho);**
2. **"24 surpresas para o Natal" (calendário do advento das emoções).**

A primeira atividade do mês de novembro, "Apreciar a bondade" (teatro de sombras com a Lenda de S. Martinho), teve como principal objetivo o trabalho de competências emocionais como a solidariedade, a partilha e a gratidão. As crianças mostraram-se interessadas e atentas durante toda a sessão.

No mês de novembro houve ainda lugar à realização de um calendário do advento para a comunidade educativa mas principalmente dirigido aos pais e enc. de educação, no qual constavam ações diárias pensadas com o objetivo de trabalhar a educação emocional nos 24 dias até ao Natal.

Calendário do Advento.

- **DEZEMBRO**

1. "Natal em Família": Lanche natalício.

As atividades realizadas no mês de dezembro prenderam-se essencialmente com a habitual celebração e vivência do espírito natalício. No entanto, este ano, realizou-se um Lanche Natalício para todas as crianças e respetivos enc. de educação, tendo sido aberto o evento com especiais atuações das crianças da educação pré-escolar. Foi uma experiência positiva que se pretende repetir.

Lanche de Natal.

Lanche de Natal.

CUMPRIMENTO E ANÁLISE DAS ATIVIDADES PROPOSTAS

Analisando o presente relatório contata-se que as atividades propostas para o ano de 2019 foram integralmente cumpridas, tendo as mesmas contribuído para alcançar os objetivos delineados no Projeto Educativo e permitindo alcançar, de maneira geral, o sucesso educativo.

2.2 População Adulta

INTRODUÇÃO

Todas as respostas dirigidas à população adulta da Santa Casa da Misericórdia de Fafe programam e dinamizam, anualmente, atividades socioculturais, excetuando a resposta social Cantina Social que faz parte do "Programa de Emergência Alimentar".

Falamos, portanto, das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, do Centro de Dia, do Serviço de Apoio Domiciliário prestado a Idosos, do Serviço de Apoio Domiciliário para Pessoas com Deficiência e da nova resposta social, o Lar Residencial.

Por razões que se prendem com uma opção de agregação das informações prestadas por estes serviços, o descritivo que abaixo se apresenta faz uma súmula das atividades por eles desenvolvidas, tomando por base os dados constantes dos seus Planos Anuais de Atividades de 2019.

ATIVIDADES PROGRAMADAS

As várias equipas multidisciplinares das valências supracitadas propuseram, nos respetivos planos de atividades, ações diárias, semanais e mensais, orientadas, nomeadamente, para a comemoração de datas festivas específicas, procurando atingir objetivos operacionais que considerassem as necessidades, hábitos, interesses e expectativas dos utentes, sempre com o propósito fulcral e contínuo de combater/retardar o aparecimento das consequências associadas ao processo de envelhecimento. Na sua elaboração, procuraram incluir a participação, não apenas dos utentes e colaboradores, mas também, sempre que possível, dos seus familiares e de outros parceiros sociais.

Procurou-se assim, encetar um trabalho conjunto de promoção da recuperação das competências que beneficiam a saúde física e mental e da construção de vínculos, de modo a tornar a convivência prazerosa e significativa para aqueles que usufruem destas valências. Estas planificações basearam-se, primordialmente, na observação inicial das principais rotinas dos utentes e na discussão da sua eventual adesão às atividades, nunca descurando os gostos e vocações individuais. Na realização das entrevistas de avaliação de necessidades que lhes serviram de sustento, os utentes desenvolveram mais as respostas apresentadas perante questões de teor pessoal, com orientações mais curtas e diretas relativamente às ações a dinamizar. Não obstante, em termos gerais, todos assumem que é importante participar em atividades porque "ajuda a passar o tempo e promove o convívio".

Este trabalho de levantamento de necessidades permitiu ainda concluir por um interesse particular por atividades de culto religioso, atividades lúdicas (como jogos de mesa) e atividades manuais. Para que fosse possível o cumprimento dos objetivos traçados, foi, naturalmente, necessário apostar na motivação, utilizando sempre o reforço positivo e respeitando o caráter voluntário da participação, não impondo a adesão e oferecendo alternativas para o descanso ou para a participação em atividades paralelas. Foi, também, essencial a adaptação de algumas atividades, de maneira a incluir utentes portadores de doença física ou mental.

De entre todas atividades referidas salientam-se, de seguida, as que mereceram melhor acolhimento.

- **JANEIRO**

1. **Dia do Ano Novo;**
2. **Dia dos Reis;**
3. **Dia Internacional do Riso;**

O mês de janeiro iniciou-se com a celebração habitual do Ano Novo. Seguiu-se a celebração dos Reis, onde os meninos dos Infantários da Santa Casa e de outros agrupamentos escolares deslocaram-se aos Lares para cantarem os Reis. Para além das crianças, foram vários os grupos que animaram os nossos utentes, promovendo assim o convívio intergeracional. Durante este mês, foi ainda celebrado o Dia Internacional do Riso, através da visualização de uns divertidos vídeos que arrancaram algumas gargalhadas a todos os presentes.

Cantar dos Reis

Dia Internacional do Riso

- **FEVEREIRO**

1. **Dia da *Nutella*;**
2. **Dia de S. Valentim (Dia dos Namorados).**

Tal como previsto, o mês de fevereiro iniciou-se com a celebração do Dia da *Nutella*. Nos Lares celebrou-se através da confeção de pequenos *croissants* e crepes com recheio de *Nutella*, os idosos tiveram assim o direito a um lanche especial e que foi do agrado de todos.

Dia da Nutella

Neste mês, foi ainda festejado o Dia de S. Valentim, mais comumente conhecido como Dia dos Namorados, com vista ao fortalecimento dos laços afetivos entre os nossos utentes. Para além dos trabalhos manuais, em alguns Lares o amor foi celebrado através da confeção de bolachinhas, enquanto noutros foram oferecidos chocolates enquanto os idosos visualizavam um filme romântico.

Dia de S. Valentim

- **MARÇO**

1. **Carnaval;**
2. **Dia Internacional da Mulher;**
3. **Dia de São José (Dia do Pai);**
4. **Dia Mundial da Árvore.**

O mês de março iniciou-se com a celebração do Carnaval. Neste dia, repleto de animação, para além de se ter decorado a Instituição, os utentes assistiram ao desfile das crianças do concelho e, alguns deles, vestiram-se a rigor recorrendo a máscaras elaboradas pelos próprios. Foi ainda feito um desfile, onde colaboradores e alguns utentes alegremente participaram.

Carnaval

Por sua vez, no Dia Internacional da Mulher, foram realizadas diversas atividades junto das nossas utentes. Depois de uma sessão explicativa sobre a importância deste dia, as utentes foram mimadas recebendo alguns presentes, desde uma flor, um saco de *organza* perfumado, uma bonita mensagem, massagens nas mãos e uns docinhos. Todas as utentes ficaram muito contentes com estes pequenos gestos que as fizeram sentir-se tão especiais.

No âmbito da celebração do Dia de S. José, mais conhecido por Dia do Pai, houve lugar à eucaristia solene e à distribuição de pequenas lembranças a todos os homens da Instituição. Todos eles se mostraram muito agradados por receberem esta oferta feita com tanto carinho pelos colegas.

Por fim, no mês de março, através da plantação de algumas árvores, festejou-se o Dia Mundial da Árvore, com vista a sensibilizar todos para a importância da preservação da natureza.

- **ABRIL**

1. **Domingo de Ramos;**
2. **Sexta-feira Santa;**
3. **Páscoa**

4. **Dia da Liberdade (25 de abril).**

O mês de abril contou com a costume celebração do Domingo de Ramos, onde se realizou a abertura solene da Semana Santa. Antes do dia de Páscoa, foi celebrada a Sexta-feira Santa e foram ainda feitas decorações alusivas a esta data festiva, para além das habituais encomendas de trabalhos manuais para serem oferecidas aos padrinhos, madrinhas e afilhados. Para além da devoção vivida nesta quadra, no dia de Páscoa não poderiam faltar os tradicionais ovinhos de chocolate adorados por todos.

Este mês contou, ainda, com a celebração do dia 25 de Abril, onde através da visualização de vídeos, foram partilhadas experiências vividas.

- **MAIO**

1. **Dia da Mãe;**
2. **Comemorações das Aparições de Fátima;**
3. **Feiras Francas;**
4. **Encerramento do mês de Maria.**

O mês de maio iniciou-se com os preparativos para brindar todas as utentes no Dia da Mãe. Para além dos miminhos habituais aos utentes, foram elaborados alguns presentes de modo a que cada uma das mulheres da nossa casa tivessem direito a um miminho especial. Foi ainda celebrada uma missa solene cantada pelo coro de utentes.

Para comemorar as Aparições de Fátima, foi realizado o passeio anual ao Santuário de Nossa Senhora de Fátima. Levamos as marmitas e almoçamos no parque de merendas, assistindo à missa em honra de Nossa Senhora. Já nos Lares o dia foi também celebrado com a visualização de um filme sobre a história de Francisco e Jacinta, os pastorinhos canonizados pelo Papa Francisco.

Ainda no mês de maio, tal como é feito habitualmente, os nossos utentes celebraram as Feiras Francas com uma visita à cidade e à expo-rural, sendo que não ficaram esquecidos a voltinha no carrossel e o doce típico da festa, as faturas.

Encerrou-se este mês com as habituais cerimónias religiosas relacionadas com o Mês de Maria.

- **JUNHO**

1. **Dia de Portugal e das Comunidades;**
2. **Santo António;**
3. **Corpo de Deus;**
4. **São João;**
5. **São Pedro.**

Para comemorar o Dia de Portugal e das Comunidades, foram feitas algumas atividades relacionadas com o tema, como, por exemplo, foi criada uma bandeira através de vários pedações de cartolina enrolada.

Como habitualmente, no mês de junho realizaram-se as famosas destas populares, onde os utentes são envolvidos nas atividades de decoração dos Lares com os típicos manjericos e há um intercâmbio entre os utentes dos diversos lares da Instituição. Primeiramente celebrou-se o Santo António no Lar de Santo António. Houve lugar a eucaristia, após a qual se assistiu às marchas protagonizadas pelos idosos. Na semana seguinte houve lugar à festa de São João no Lar D. Joaquina Leite Lage, com o tradicional arraial, petiscos, muita música e danças típicas. Por fim, ainda no mês de junho, festejou-se o São Pedro, no Lar Dr. António Marques Mendes. Onde para além da eucaristia, houve lugar a uma pequena procissão. Deu-se assim por terminadas as festividades populares, período de muita animação e boa disposição.

- **JULHO**

1. **Festas da Nossa Senhora de Antime;**
2. **Dia dos Avós.**

Também neste mês, celebraram-se as festas em honra da Nossa Sra. de Antime, assistindo à respetiva procissão. Os nossos utentes deslocaram-se, como habitualmente, à cidade para assistirem à procissão que une as freguesias de Antime e Fafe. Foram acompanhados pela responsável do Lar numa manhã de fé e amor.

No Dia dos Avós, os utentes receberam um presente, como forma de os homenagearem pelo papel tão bonito que é serem avós. Ainda na comemoração deste dia tão especial, no Lar Cónego Leite de Araújo foi realizado um intercâmbio com os restantes da Santa Casa da Misericórdia, onde se celebrou esta dada fazendo um convívio entre os idosos de cada lar e os respetivos familiares, em particular com os netos. A tarde de convívio contou com animação, seguindo-se um apetitoso lanche. Para finalizar as comemorações, foi celebrada uma eucaristia alegremente cantada pelo coro de utentes.

- **AGOSTO**

1. Dia Mundial da Fotografia.

Para celebrar o Dia Mundial da Fotografia foram realizados painéis de fotografias dos nossos utentes, quer dos da ERPI como no Lar Residencial.

Neste mês de verão, os utentes do Lar Residencial e do SADD aproveitaram o bom tempo e aproveitaram para ir até à piscina e à praia, respetivamente.

- **SETEMBRO**

1. **Dia Mundial do Alzheimer;**
2. **Vindimas;**
3. **Desfolhada;**
4. **Semana Sénior.**

O mês em apreço, começou com o Dia Mundial do Alzheimer, foi assinalado com um debate sobre sintomas e formas de lidar com a doença. Os nossos utentes foram aconselhados a adotar um estilo de vida saudável e a estimular o cérebro com leituras, jogos, entre outros.

Este mês de setembro contou ainda com as tradicionais Vindimas e Desfolhada. No dia das vindimas, os idosos participaram na apanha das uvas, relembrando tempos antigos e conviveram durante um lanche típico (bacalhau frito e broa) servido pela manhã.

Por fim, por ocasião da Semana Sénior houve lugar à realização de atividades de ginástica, cinema, teatro e torneios propostos pelo Município de Fafe.

- **OUTUBRO**

1. **Dia Internacional do Idoso;**
2. **Dia de São Francisco;**
3. **Dia Mundial da Alimentação;**

4. **Comemoração das Aparições de Fátima.**

No Dia Internacional do Idoso, tal como em anos anteriores, os utentes passaram um dia muito animado e divertido na Quinta da Malafaia, onde não faltou muita música, dança e bons petiscos.

O Dia de São Francisco foi celebrado através da visualização de um filme que abordava a vida de São Francisco, atividade esta carinhosamente preparada pelas Irmãs.

Para o Dia Mundial da Alimentação, os idosos confecionaram um saboroso sumo natural de laranja e cenoura que, para além de ajudar a prevenir gripes e constipações, soube muito bem a todos os utentes.

A Comemoração das Aparições de Fátima também tiveram o seu lugar comemorativo, através da celebração de cerimónias religiosas.

- **NOVEMBRO**

1. **Dia de Todos os Santos;**
2. **Dia de São Martinho;**
3. **Exéquias.**

Como é usual, em novembro, alguns dos utentes deslocaram-se ao cemitério com as suas famílias, no Dia de Todos os Santos. Foi realizada uma eucaristia solene, como forma de homenagear todos os familiares, amigos e conhecidos que já faleceram.

O Dia de S. Martinho foi festejado através das típicas atividades de decoração e foi realizada uma festa de São Martinho no lar Dr. António Marques Mendes. Para esta festa, contámos com a ajuda dos nossos clientes para a elaboração das decorações das mesas da festa. Foram momentos muito animados e criativos, ao mesmo tempo que reforçavam a motricidade fina.

Por fim, novembro contou ainda com a celebração das Exéquias, com uma eucaristia celebrada no Lar Cónego Leite Araújo.

- **DEZEMBRO**

1. **Dia da Imaculada Conceição;**
2. **Natal.**

O Dia da Imaculada Conceição foi comemorado de acordo com os princípios religiosos que lhe estão subjacentes, nomeadamente a celebração de uma Eucaristia solene.

No mês de dezembro vive-se o Natal em pleno. Logo desde o primeiro dia foram iniciados os preparativos para as festas, onde, com a ajuda dos utentes foram construídas diversos enfeites, desde pinheirinho, presépio às decorações dos corredores para alegrar os lares. Como habitualmente, os nossos utentes prepararam vários artigos decorativos a serem vendidos no Mercado de Natal da cidade. Em cada Lar este dia foi festejado com muita animação, sendo que durante a tarde houve lugar a cânticos e danças, que terminaram com a confraternização em jantares ou almoços com o tradicional bacalhau e as várias sobremesas típicas da quadra.

2.3 Saúde

As atividades socioculturais referentes a esta área de atividade encontram-se disseminadas nas suas áreas de produção.

2.4 Atividades Comuns aos Diversos Setores

As atividades comuns representam para as instituições momentos de partilha Intergeracional que devem ser estimulados e salvaguardados nos respetivos planos de ação.

Neste sentido, foram selecionadas e concretizadas as atividades abaixo arroladas, por entendermos que são as mais adequadas para o alcance dos pressupostos atrás referidos.

1. Dia dos Reis; 2. Dia da Árvore; 3. Dia de S. José; 4. Carnaval; 5. Páscoa	6. Dia da Mãe 7. Dia de S. Martinho; 8. Desfolhada; 9. Vindimas; 10. Natal

3. CUMPRIMENTO E ANÁLISE DAS ATIVIDADES PROPOSTAS

Na Santa Casa da Misericórdia de Fafe ocorre o que refere Jacob (2007), ou seja, não há preocupação em satisfazer apenas as necessidades básicas, mas também as necessidades de participação, ocupação e vida social dos utentes.

Como se verifica através da descrição das atividades realizadas, não obstante a diretriz orientadora dos programas socioculturais tenha assentado na comemoração de efemérides, as iniciativas foram sempre realizadas numa perspetiva de estimulação do grupo. As direções das diversas respostas consideram que a aposta neste tipo de abordagem permitiu minimizar perdas cognitivas, potenciar competências e habilidades dos utentes envolvidos, melhorando a sua qualidade de vida, e promover a partilha de saberes. Cumprirá, portanto, manter este tipo de serviço, para anos vindouros, considerando os benefícios que ele traz para o bem-estar global dos idosos e das pessoas com deficiência.

É este trabalho que as equipas excecionalmente desenvolvem, com todos os desafios impostos pelos circunstancialismos do dia-a-dia, que permite evitar o isolamento social e o ócio e promover valores como a coesão, partilha, trabalho de equipa, sentido de pertença ao grupo, confiança, autoestima e autocontrolo.

Esta questão é tão mais relevante quanto mais se verifica a receção de cada vez mais utentes debilitados. É, por isso, relevante, colocar o foco na manutenção da

independência por mais tempo, convencendo as pessoas mais idosas e/ou dependentes e as suas famílias de que o envelhecimento é flexível e dinâmico.

Outro dos desafios deste ano de trabalho prendeu-se com o facto de que algumas das atividades propostas ficaram por realizar, devido a inconvenientes naturais. Neste sentido, torna-se necessário que, no projeto de atividades do ano seguinte, se valorize a qualidade, em detrimento da quantidade das atividades.

As atividades desenvolvidas objetivam, finalmente, a ocupação do utente, proporcionando prazer na sua realização, entusiasmo pela participação e a consciencialização de que podem dar um contributo válido no seu desenvolvimento, desconstruindo a imagem pré-concebida de que os idosos não são uteis nem ativos.

Com a realização destas atividades pretendeu-se que os utentes tivessem uma vida mais ativa e independente, face às suas limitações, melhorassem as suas relações e a comunicação com o seu grupo de pares, e desenvolvessem a sua autonomia pessoal, propósitos que, ressalvada a subjetividade de qualquer avaliação de teor psicossocial, se entendem francamente cumpridos.

4. RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

4.1 Recursos Humanos

Os Recursos Humanos de qualquer instituição constituem o seu bem mais precioso no que respeita à obtenção de sucesso. Neste sentido, é de extrema importância a qualidade da gestão das pessoas no seu ambiente de trabalho, oferecendo-lhe a necessária motivação.

Assim, atentámos nas condições de trabalho dos profissionais da Instituição, verdadeiros baluartes da sustentabilidade da Santa Casa, pois desenvolvem um trabalho a todos os níveis meritório, mas difícil, e absolutamente inestimável. Por isso, valorizámos a sua ação e promovemos formação técnica e profissional, visando a elevação da qualidade dos erviços prestados.

Ao Departamento dos Recursos Humanos (RH) incumbe, entre outras, a criação de estratégias e condições que visem um desempenho que possa concertar as necessidades individuas das pessoas com as da organização.

A gestão de recursos humanos tem, assim, por finalidade, a seleção e gestão dos respetivos colaboradores na direção dos objetivos e metas da Instituição. Neste sentido, os RH são responsáveis, no âmbito da sua atividade, pelas seguintes áreas de atividade:

- Gestão da Formação;

- Processamento de salários;

- Execução de mapas de folgas, férias e organização dos processos individuais;

- Seleção e Recrutamento de colaboradores.

4.2 Formação Profissional

As Instituições devem proporcionar aos respetivos trabalhadores, não só a formação específica adequada ao desempenho dos seus deveres funcionais, mas também a que lhes permita adquirir saberes e competências noutras áreas de âmbito mais genérico, que contribua para o seu enriquecimento pessoal.

Neste contexto, torna-se importante que as instituições garantam que os seus colaboradores estejam bem preparados, no sentido de enfrentarem eficazmente os desafios quotidianos.

Foi com vista à obtenção deste desiderato que os órgãos de gestão da Misericórdia colaboraram com os seus funcionários, promovendo o desenvolvimento de ações de formação, criando, assim, condições para que todos as frequentem.

5. INVESTIMENTOS

Em matéria de "Investimentos", prosseguimos a execução das obras de beneficiação, manutenção e requalificação das diversas valências, sendo que o Hospital foi a que mereceu – e continua a merecer - maior atenção, considerando o estado de degradação em que se encontrava, à data da devolução à Misericórdia.

As viaturas utilizadas nas diversas respostas sociais e a manutenção dos vários equipamentos continuou a ser assegurada pelos serviços do Departamento de Equipamentos, Obras e Transportes.

6. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

6.1 Dívidas à Autoridade Tributária

A Mesa Administrativa assume que a Instituição não apresenta dívidas à Autoridade Tributária em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 554/80, de 7 de novembro.

6.2 Dívidas à Segurança Social

De acordo com o artigo 210.º, do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Mesa Administrativa informa de que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

7. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela Mesa Administrativa, em reunião de 2 de março de 2020.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Santa Casa da Misericórdia de Fafe apresentou um resultado líquido negativo no valor de **56.419,72€ (cinquenta e seis mil e quatrocentos e dezanove euros e setenta e dois cêntimos).**

A Mesa Administrativa propõe que o resultado líquido, referente ao ano de 2019, seja mantido em resultados transitados.

9. PERSPETIVAS FUTURAS

Como principal e prioritário desígnio da Santa Casa da Misericórdia de Fafe, está o cumprimento dos acordos em vigência, subscritos, designadamente, com o Centro Distrital de Segurança Social, no âmbito do setor social e solidário, com a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, no domínio da educação, e com a Administração Regional de Saúde, na área da Saúde.

Através destes protocolos assume-se o dever de continuar a apoiar quem mais precisa do nosso auxílio, independentemente da sua condição socioeconómica.

Neste sentido, assumir-se-á como imperativo prioritário no âmbito da nossa ação, a promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, nos domínios em que atua a Misericórdia, como sejam o apoio à infância, à família, às pessoas idosas, não esquecendo o setor da saúde.

No que respeita a esta última valência, atentaremos no apoio logístico a conceder às especialidades médicas existentes no Hospital, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, e na instalação de outras, promovendo, desta forma, a prestação de cuidados de saúde de qualidade à população, reduzindo o mais possível a transferência de doentes para Hospitais de nível superior. No decurso deste quadriénio, se possível ainda durante o presente ano civil, teremos de intervir na requalificação de algumas áreas, concretamente no Serviço de Urgência, dotando-a de melhores condições de trabalho para os seus profissionais, reforçando as condições de comodidade para o doente.

Outro aspeto onde pretendemos intervir será a redução dos custos de funcionamento da Instituição, de molde a reequilibrá-la económica e financeiramente.

Para além deste desiderato, estando cientes de que o empreendedorismo está na base do sucesso da economia social, os atuais Corpos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Fafe assumem o compromisso de que tudo farão no sentido de encontrar receitas diversificadas, tendo em vista a sustentabilidade desta emérita Instituição.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento em que é feita a apresentação aos irmãos(ãs) da Santa Casa da Misericórdia de Fafe do presente Relatório de Atividades e Contas, referente ao ano de 2019, a Mesa Administrativa não pode deixar de se congratular pelo sentido cooperativo e solidário que os seus colaboradores emprestaram ao ideário social, que constitui a matriz identitária desta Instituição.

Assim, em nome dos órgãos sociais desta Misericórdia, a Mesa Administrativa agradece a todos os seus profissionais a dedicação e o carinho dispensada aos seus utentes, contribuindo, desta forma, para o seu bem-estar pessoal.

Fafe, 2 de março de 2020.

A Mesa Administrativa,

(Vítor Manuel Monteiro Ferreira Leite)

(Maria da Conceição Oliveira Costa Castro)

(Ana Rita Moreira de Cima)

(Rosa Maria Sousa Gonçalves Oliveira)

(António Lopes Silva)

O presente Relatório de Atividades e Contas referente ao ano de 2019 foi aprovado pela Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Fafe, a 26 de junho **de 2020,** por unanimidade.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

(Dr. Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes)

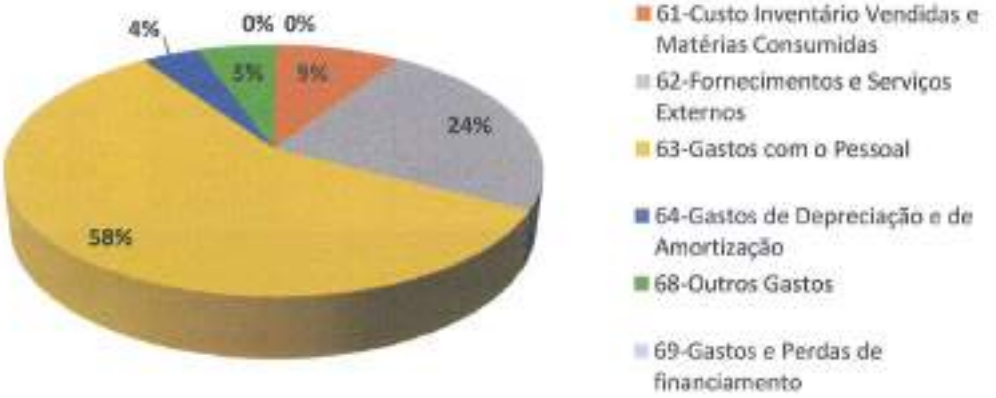
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Período de 2019

Síntese de Gastos e Rendimentos

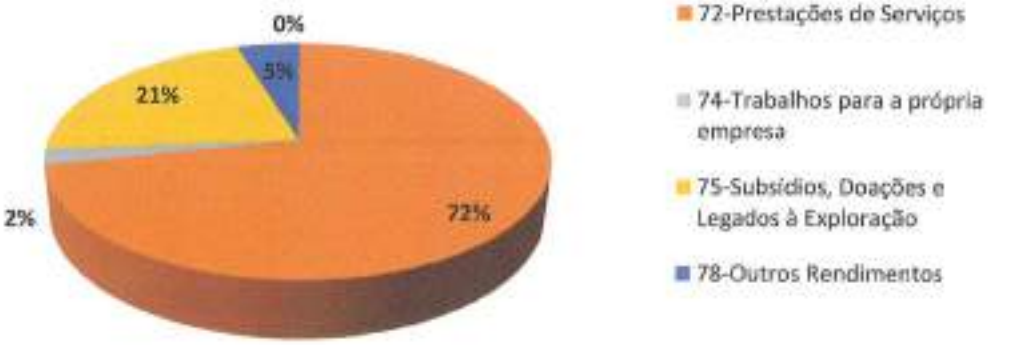
Gastos	2019	2018
61-Custo Inventário Vendidas e Matérias Consumidas	1.003.987,65	924.321,32
62-Fornecimentos e Serviços Externos	2.635.434,67	2.516.341,60
63-Gastos com o Pessoal	6.441.577,47	6.360.966,78
64-Gastos de Depreciação e de Amortização	454.423,89	484.223,75
68-Outros Gastos	623.043,80	221.288,57
69-Gastos e Perdas de financiamento	188,91	-
Total	11.158.656,39	10.507.142,02

Gastos



Rendimentos	2019	2018
72-Prestações de Serviços	7.935.869,75	7.047.319,15
74-Trabalhos para a própria empresa	251.203,20	229.179,01
75-Subsídios, Doações e Legados à Exploração	2.383.195,37	2.230.092,81
78-Outros Rendimentos	531.968,35	507.928,22
Total	11.102.236,67	10.014.519,19

Rendimentos



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 — Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas 31-12-2019	31-12-2018
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	10.339.146,32	10.685.615,99
Bens do património histórico e cultural	6	50.664,99	50.664,99
Investimentos financeiros	7	38.924,07	27.974,95
Subtotal		10.428.735,38	10.764.255,93
Ativo corrente			
Inventários	8	179.174,49	146.696,52
Créditos a receber	9	331.684,48	238.607,36
Estado e outros entes públicos	10	5.443,86	13.764,76
Irmãos/membros	11	981,50	1.178,50
Diferimentos	12	21.148,59	24.256,11
Outros ativos correntes	13	1.349.537,84	1.290.580,02
Caixa e depósitos bancários	14	797.517,91	653.884,64
Subtotal		2.685.488,67	2.368.967,91
Total do Ativo		**13.114.224,05**	**13.133.223,84**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15	68.794,61	68.794,61
Reservas	15	2.263.373,13	2.263.373,13
Excedentes de revalorização	16	3.746.638,79	3.877.013,98
Resultados transitados	15	1.196.114,93	1.558.362,57
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	17	2.940.039,66	2.939.131,80
Resultado líquido do período		(56.419,72)	(492.622,83)
Total dos fundos patrimoniais		**10.158.541,40**	**10.214.053,26**
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	18	-	214.414,06
Subtotal		-	214.414,06
Passivo corrente			
Fornecedores	19	332.703,57	248.882,83
Estado e outros entes públicos	10	143.946,34	169.163,93
Financiamentos obtidos	20	30.783,73	-
Outros passivos correntes	21	2.448.249,01	2.286.709,76
Subtotal		2.955.682,65	2.704.756,52
Total do passivo		**2.955.682,65**	**2.919.170,58**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**13.114.224,05**	**13.133.223,84**

Fafe, 2 de março de 2020

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificada, n.º 5.725

Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS 2019	2018
Vendas e serviços prestados	21	7.935.869,75	7.047.319,15
Subsídios, doações e legados à exploração	22	2.383.195,37	2.230.092,81
Trabalhos para a própria entidade	23	251.203,20	229.179,01
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(1.003.987,65)	(924.321,32)
Fornecimentos e serviços externos	24	(2.635.434,67)	(2.516.341,60)
Gastos com o pessoal	25	(6.441.577,47)	(6.360.966,78)
Outros rendimentos	26	531.968,35	507.928,22
Outros gastos	27	(623.043,80)	(221.288,57)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		398.193,08	(8.399,08)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(454.423,89)	(484.223,75)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(56.230,81)	(492.622,83)
Juros e gastos similares suportados	28	(188,91)	-
Resultados antes de impostos		(56.419,72)	(492.622,83)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		**(56.419,72)**	**(492.622,83)**

Fafe, 2 de março de 2020

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificada, n.º 5.725

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2019

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO		Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais
			Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	1		68.794,61	2.263.373,13	1.558.362,57	3.877.033,98	2.989.131,88	(482.622,83)	10.234.093,35
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Realização dos excedentes de revalorização		26	-	-	-	(130.375,19)	-		-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		17	-	-	(362.347,64)	-	907,86	482.622,83	121.183,05
	7		-	-	(362.347,64)	(130.375,19)	907,86	482.622,83	121.183,05
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							(56.439,72)	(56.439,72)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8							(56.439,72)	(56.439,72)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
	10		-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2019	6=1+9+10		68.794,61	2.263.373,13	1.196.114,93	3.746.658,79	2.990.039,86	(56.439,72)	10.158.541,40

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2018

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO		Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais
			Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1		68.794,61	2.263.373,13	1.906.275,35	4.007.389,17	2.994.915,98	(478.287,97)	10.762.460,29
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Realização dos excedentes de revalorização		26	-	-	-	(130.375,19)	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		17	-	-	(347.912,78)	-	(55.784,10)	478.287,97	74.591,09
	7		-	-	(347.912,78)	(130.375,19)	(55.784,10)	478.287,97	(55.784,10)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							(482.622,83)	(482.622,83)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8							(482.622,83)	(482.622,83)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
	10		-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018	6=1+2+9+10		68.794,61	2.263.373,13	1.558.362,57	3.877.033,98	2.939.131,88	(482.622,83)	10.234.093,35

Fafe, 2 de março de 2020

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificada, n.º 5.725

Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 — Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS 2019	2018
Fluxos de caixa das atividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		7.472.673,50	7.607.615,35
Pagamento a fornecedores		(2.446.334,81)	(3.004.676,07)
Pagamentos ao pessoal		(6.451.670,40)	(6.245.705,15)
Caixa gerada pelas operações		(1.425.331,71)	(1.642.765,87)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		1.487.170,28	1.419.676,63
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		61.838,57	(223.089,24)
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(119.756,48)	(56.708,51)
Investimentos financeiros	7	(10.954,62)	(9.339,82)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		114.987,80	170.000,00
Subsídios ao investimento	17	76.546,14	-
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		60.822,84	103.951,67
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações	26	29.742,05	107.785,24
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(8.581,28)	-
Juros e gastos similares	28	(188,91)	-
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		20.971,86	107.785,24
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		**143.633,27**	**(11.352,33)**
Caixa e seus equivalentes no início do período	14	653.884,64	665.236,97
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14	**797.517,91**	**653.884,64**

Fafe, 2 de março de 2020

A Mesa Administrativa

Contabilista Certificada, n.º 5.725

ANEXO em 31 de dezembro de 2019

1. Identificação da Entidade

A "SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE FAFE" é uma instituição sem fins lucrativos, constituida sob a forma de "IPSS" com estatutos publicados no Diário da República n.º 119/83, Série II, com sede em Rua Combatentes da Grande Guerra, n.º 174, 4820-250 Fafe. Tem como atividade prestação de serviços de apoio social a Infância, Juventude e Terceira Idade, com o objetivo principal de satisfazer carências sociais.

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido diploma, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponivel e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsivel, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar

ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos periodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" (Notas 13 e 19) e "*Diferimentos*" (Nota 12)

3.1.3. Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgava, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Principio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

a) A natureza da reclassificação;

b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e

c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os "*Ativos fixos tangíveis*" encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são reconhecidas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de possibilitar atividades presentes e futuras adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Indefinida
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros ativos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "*Outros rendimentos*" ou "*Outros gastos*".

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os "*Bens do património histórico e cultural*" encontram-se reconhecidos pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "*Variações nos fundos patrimoniais*"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são reconhecidas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de possibilitarem atividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

3.2.3. Inventários

Os "*Inventários*" estão reconhecidos ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é reconhecida como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
    - Alterações no risco segurado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
    - Entrada em incumprimento de uma das partes;
    - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
        - Alterações no preço do bem locado;
        - Alterações na taxa de câmbio
        - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Irmãos/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de irmãos/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão reconhecidos no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outros ativos correntes

Os "*Clientes*" e as "*Outros ativos correntes*" encontram-se reconhecidas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "*Perdas por Imparidade*" são reconhecidas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em divida não será recebido (total ou parcialmente).Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas reconhecidas em "*Fornecedores*" e "*Outros passivos correntes*" são reconhecidos pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota. Tal como os passivos Contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7. Estado e outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC. No entanto, a entidade não possui rendimentos sujeitos a IRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2016 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.8. Benefício dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.9. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e reconhecidos, com o desenvolvimento de estágios profissionais, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.10. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa e depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

3.2.11. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.2.12. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo em 01-jan-2019	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Saldo em 31-dez-2019
Custo				
Terrenos e recursos naturais	46.730,15	-	(12,20)	46.717,95
Edifícios e outras construções	15.411.492,60	2.721,04	-	15.414.213,64
Equipamento básico	1.790.996,60	29.229,93	-	1.811.154,77
Equipamento de transporte	419.119,71	39.365,01	(30.446,63)	428.038,09
Equipamento administrativo	515.219,90	11.636,95	-	526.856,85
Outros ativos fixos tangíveis	263.419,33	30.201,46	-	290.902,49
Investimentos em curso	286.787,40	6.602,09	-	293.389,49
Total	**18.733.765,69**	**119.756,48**	**(30.458,83)**	**18.811.273,28**
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	5.277.937,27	288.220,37	-	5.566.157,64
Equipamento básico	1.633.687,24	76.277,18	-	1.709.964,42
Equipamento de transporte	405.888,76	17.544,44	(30.446,63)	392.986,57
Equipamento administrativo	443.713,25	51.513,93	-	495.227,18
Outros ativos fixos tangíveis	286.923,18	20.761,62	-	307.791,15
Total	**8.048.149,70**	**454.317,54**	**(30.446,63)**	**8.472.126,96**
			Quantia escriturada	**10.339.146,32**

Descrição	Saldo em 01-jan-2018	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Saldo em 31-dez-2018
Custo				
Terrenos e recursos naturais	84.255,46	-	(37.525,31)	46.730,15
Edifícios e outras construções	13.615.536,97	56.007,75	(170.000,00)	15.411.492,60
Equipamento básico	1.779.455,05	11.541,55	-	1.790.996,60
Equipamento de transporte	419.119,71	-	-	419.119,71
Equipamento administrativo	495.136,47	20.083,43	-	515.219,90
Outros ativos fixos tangíveis	246.353,36	17.065,97	-	263.419,33
Investimentos em curso	2.188.717,72	8.017,56	-	286.787,40
Total	**18.828.574,74**	**112.716,26**	**(207.525,31)**	**18.733.765,69**
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	5.003.564,33	288.166,46	(13.793,52)	5.277.937,27
Equipamento básico	1.546.925,61	86.743,87	17,76	1.633.687,24
Equipamento de transporte	396.216,88	9.671,88	-	405.888,76
Equipamento administrativo	390.132,54	53.580,71	-	443.713,25
Outros ativos fixos tangíveis	240.862,35	46.060,83	-	286.923,18
Total	**7.577.701,71**	**484.223,75**	**(13.775,76)**	**8.048.149,70**
			Quantia escriturada	**10.685.615,99**

6. Bens do património histórico e cultural

Bens do património histórico, artístico e cultural

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, ocorreram os seguintes movimentos nos "*Bens do património, histórico, artístico e cultural*":

Descrição	Saldo em 01-jan-2019	Saldo em 31-dez-2019
Custo		
Bens móveis	50.664,99	50.664,99
Total	**50.664,99**	**50.664,99**

Descrição	Saldo em 01-jan-2018	Saldo em 31-dez-2018
Custo		
Bens móveis	50.664,99	50.664,99
Total	**50.664,99**	**50.664,99**

7. Investimentos financeiros

Nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e da Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro, a Entidade é obrigada a efetuar, para os fundos de compensação, entregas de 1%, para os fundos de compensação, sobre as remunerações base e diuturnidades dos trabalhadores contratados após 1 de outubro de 2013.

O Decreto-Lei n.º 165-A/2013, de 23 de dezembro, cria e estabelece o Fundo de Reestruturação do Setor Solidário (FRSS). O FRSS destina-se a apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira das Instituições Particulares de Solidariedade Social e equiparadas, permitindo a manutenção do regular funcionamento e desenvolvimento das respostas e serviços sociais que estas entidades prestam.

Descrição	Saldo em 01-jan-2019	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2019
Fundo de Compensação	26.280,76	10.954,62	(5,50)	37.229,88
Fundo de Reestruturação do Setor Solidário	1.694,19	-	-	1.694,19
Total	**27.974,95**	**10.954,62**	**(5,50)**	**38.924,07**

Descrição	Saldo em 01-jan-2018	Aumentos	Saldo em 31-dez-2018
Fundo de Compensação	16.940,94	9.339,82	26.280,76
Fundo de Reestruturação do Setor Solidário	1.694,19	-	1.694,19
Total	**18.635,13**	**9.339,82**	**27.974,95**

8. Inventários

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "*Inventários*" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-jan-2019	Compras	Inventário em 31-dez-2019	CMVMC em 2019
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	146.696,52	1.003.987,65	179.174,49	1.003.987,65
Total	**146.696,52**	**1.003.987,65**	**179.174,49**	**1.003.987,65**

Descrição	Inventário em 01-jan-2018	Compras	Inventário em 31-dez-2018	CMVMC em 2018
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	133.994,99	937.022,85	146.696,52	924.321,32
Total	**133.994,99**	**937.022,85**	**146.696,52**	**924.321,32**

9. Créditos a receber

Para os periodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "*Créditos a receber*" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	31-12-2019	31-12-2018
Clientes e Utentes c/c	**331.684,48**	**238.607,36**
Clientes	313.254,68	199.030,03
Utentes	18.429,80	39.577,33
Total	**331.684,48**	**238.607,36**

10. Irmãos/membros

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2019 Corrente	31-12-2018 Corrente
Ativo		
Irmãos	981,50	1.178,50
Perdas por imparidade	-	-
Total	**981,50**	**1.178,50**

11. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de "*Estado e outros Entes Públicos*" está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2019	31-12-2018
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado	5.443,86	13.764,76
Total	**5.443,86**	**13.764,76**
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares	46.293,45	53.258,57
Segurança Social, ADSE e CGA	97.652,89	115.905,36
Total	**143.946,34**	**169.163,93**

12. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "*Diferimentos*" englobava os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2019	31-12-2018
Gastos a reconhecer		
Seguros	21.148,59	24.256,11
Total	21.148,59	24.256,11

13. Outros ativos correntes

A rubrica "*Outros ativos correntes*" tinha, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2019	31-12-2018
Devedores por acréscimos de rendimentos	1.177.617,16	1.139.123,72
Acordo de Cooperação	687.936,61	1.032.268,60
Sigic	419.666,30	106.855,12
Linha Adicional	70.014,25	-
Entidades devedores por subsídios	47.364,54	63.742,38
IEFP	41.526,91	57.904,75
POPH nº070780/2012/23	5.837,63	5.837,63
Outros devedores	124.556,14	87.713,92
Perdas por Imparidade	-	-
Total	1.349.537,84	1.290.580,02

14. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "*Caixa e Depósitos Bancários*", a 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2019	31-12-2018
Caixa	11.995,73	10.547,39
Depósitos à ordem	785.522,18	643.337,25
Total	797.517,91	653.884,64

15. Fundos patrimoniais

Nos "*Fundos Patrimoniais*" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2019	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2019
Fundos	68.794,61	-	-	68.794,61
Reservas	2.263.373,13	-	-	2.263.373,13
Excedentes de revalorização	3.877.013,98	-	130.375,19	3.746.638,79
Resultados transitados	1.558.362,57		362.247,64	1.196.114,93
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	2.939.131,80	76.546,14	75.638,28	2.940.039,66
Resultado líquido do período	(492.622,83)	492.622,83	56.419,72	(56.419,72)
Total	10.214.053,26	569.168,97	624.680,83	10.158.541,40

Descrição	Saldo em 01-jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2018
Fundos	68.794,61	-	-	68.794,61
Reservas	2.263.373,13	-	-	2.263.373,13
Excedentes de revalorização	4.007.389,17	-	130.375,19	3.877.013,98
Resultados transitados	1.906.275,35		347.912,78	1.558.362,57
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	2.994.915,90	-	55.784,10	2.939.131,80
Resultado líquido do período	(478.287,97)	478.287,97	492.622,83	(492.622,83)
Total	**10.762.460,19**	**478.287,97**	**1.026.694,90**	**10.214.053,26**

16. Excedentes de revalorização

Em 31 de dezembro de 2019, os "*Excedentes de revalorização*" estavam decompostos da seguinte forma:

Revalorizações Livres

Descrição	Saldo em 01-jan-2019	Diminuições	Saldo em 31-dez-2019
Hospital	2.883.999,56	96.133,32	2.787.866,24
Prédio Rua Dr. Máximo Matos	87.832,33	3.028,70	84.803,63
Lar 1	655.524,65	22.604,30	632.920,35
Lar 2	103.470,58	3.567,95	99.902,63
Lar 4	108.057,04	3.726,11	104.330,93
Infantário 2	38.129,82	1.314,81	36.815,01
Total	**3.877.013,98**	**130.375,19**	**3.746.638,79**

Descrição	Saldo em 01-jan-2018	Diminuições	Saldo em 31-dez-2018
Hospital	2.980.132,88	96.133,32	2.883.999,56
Prédio Rua Dr. Máximo Matos	90.861,03	3.028,70	87.832,33
Lar 1	678.128,95	22.604,30	655.524,65
Lar 2	107.038,53	3.567,95	103.470,58
Lar 4	111.783,15	3.726,11	108.057,04
Infantário 2	39.444,63	1.314,81	38.129,82
Total	**4.007.389,17**	**130.375,19**	**3.877.013,98**

17. Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais

Saldos desta rubrica, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, apresentavam-se como segue:

Descrição	Saldo em 01-jan-2019	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2019
Subsídios ao investimento	2.290.783,16	76.546,14	75.638,28	2.291.691,02
Doações	648.348,64	-	-	648.348,64
Total	**2.939.131,80**	**76.546,14**	**75.638,28**	**2.940.039,66**

Descrição	Saldo em 01-jan-2018	Diminuições	Saldo em 31-dez-2018
Subsídios ao investimento	2.346.567,26	55.784,10	2.290.783,16
Doações	648.348,64	-	648.348,64
Total	**2.994.915,90**	**55.784,10**	**2.939.131,80**

18. Provisões

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica apresentava-se os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2018	Diminuições	31-12-2019
Outras provisões	214.414,06	214.414,06	-
Total	**214.414,06**	**214.414,06**	**-**

Em 2016, foi constituída uma provisão relativa à possibilidade da Santa Casa ter de devolver à ARS uma parte do valor que fora calculado como produção efetiva relativa ao período de 2015. Em 2019, a ARS notificou o valor à Santa Casa, pelo que foi saldada a referida provisão.

19. Fornecedores

O saldo da rubrica de "*Fornecedores*" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31-12-2019	31-12-2018
Fornecedores c/c	332.703,57	248.882,83
Total	**332.703,57**	**248.882,83**

20. Outros passivos correntes

A rubrica de "*Outros passivos correntes*" é discriminada da seguinte forma:

Descrição	31-12-2019	31-12-2018
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	2.796,85	1.510,49
Credores por acréscimos de gastos	860.966,65	899.932,70
Remunerações a Liquidar	831.088,48	870.154,12
Outros gastos FSE	29.878,17	29.778,58
Outros credores	764.649,92	783.157,87
Honorários	819.835,59	602.108,70
Total	**2.448.249,01**	**2.286.709,76**

21. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2018 e 2019 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a "*Serviços Prestados*":

Descrição	2019	2018
Quotas dos utilizadores, Matrículas e Mensalidades de Utentes	7.934.827,75	7.046.136,65
Infância e juventude	335.242,82	325.202,47
Família e comunidade	28.672,22	9.452,50
Terceira idade	1.841.765,66	1.789.719,81
Área da saúde	5.729.147,05	4.921.761,87
Quotas e Jóias	1.042,00	1.182,50
Total	**7.935.869,75**	**7.047.319,15**

22. Subsídios, doações e legados à exploração

Em 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de *"Subsídios, doações e legados à exploração"*:

Descrição	2019	2018
Subsídios do Estado e outros entes públicos	2.382.745,37	2.229.642,81
ISS, IP	2.350.728,31	2.150.739,09
IEFP	27.244,32	78.903,72
Município de Fafe	450,00	450,00
Total	**2.383.195,37**	**2.230.092,81**

23. Trabalhos para a própria entidade

Os trabalhos para a própria Entidade são relativos aos gastos suportados com refeições, transportes e o setor agrícola.

24. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "*Fornecimentos e serviços externos*" nos períodos de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Serviços especializados (*)	1.828.666,52	1.670.767,87
Trabalhos especializados	1.101.361,71	926.034,64
Honorários	671.180,25	667.097,37
Conservação e reparação	44.404,03	67.589,50
Materiais	38.886,02	34.753,44
Energia e fluidos	552.442,84	587.054,94
Deslocações, estadas e transportes	62.719,90	58.375,08
Serviços diversos (*)	192.719,39	165.390,27
Encargos de saúde com utentes	50.821,35	59.653,14
Comunicação	29.086,97	29.797,06
Seguros	25.446,26	21.775,45
Total	**2.635.434,67**	**2.516.341,60**

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

25. Gastos com o pessoal

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2019 e 2018, foram, respetivamente de 5 elementos. De um período para outro houve a substituição de um elemento, por motivos de falecimento de um dos membros.

Os órgãos diretivos não usufruem quaisquer remunerações:

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2019 foi de 400 e em 31/12/2018 foi de 395.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações ao pessoal	5.277.540,53	5.220.416,02
Indemnizações	-	5.500,00
Encargos sobre as remunerações	1.116.280,71	1.089.304,19
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	44.857,63	44.071,57
Outros gastos com o pessoal	2.898,60	1.675,00
Total	**6.441.577,47**	**6.360.966,78**

26. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Rendimentos suplementares	47.255,06	52.819,70
Descontos de pronto pagamento obtidos	5.315,88	6.524,90
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	360.338,92	250.592,91
Outros rendimentos	119.058,49	182.527,64
Imputação subsídio investimento	75.638,28	35.929,92
Donativos	32.056,50	116.253,92
Outros	11.363,71	30.343,80
Total	**531.968,35**	**492.465,15**

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

27. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	3.349,02	5.636,27
Descontos de pronto pagamento concedidos	29,49	-
Quebras	6.370,01	4.345,61
Outros gastos (*)	613.295,28	211.306,69
Acerto	281.172,43	-
Refeições	190.239,78	172.858,33
Taxas Moderadoras	103.189,34	-
Quotas	38.388,36	38.388,36
Outros	305,37	60,00
Total	**623.043,80**	**221.288,57**

28. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de "Juros e gastos similares suportados" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	188,91	-
Total	**188,91**	**-**

29. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210 º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2019 e 2018, foram de 5.000€ em cada um dos períodos, referentes exclusivamente a serviços de revisão legal das contas.

30. Acontecimentos após data de Balanço

No decurso do primeiro trimestre do período de 2020, tem vindo a ser reportado, a nível nacional e internacional, um crescente número de casos de infeção das populações com o vírus Covid-19, tendo diversos governos, autoridades e agentes económicos, implementado um conjunto de iniciativas com impacto na mobilidade das populações e na economia global.

Os efeitos da disseminação do vírus estão a ser analisados pelas autoridades competentes, estando a ser implementadas diversas iniciativas com impacto na situação atual. Face à natureza das medidas já implementadas e eventuais futuras iniciativas, prevê-se que a economia nacional em geral será afetada significativamente pela pandemia, antevendo-se um cenário de recessão económica.

A Entidade está a acompanhar em permanência a evolução da pandemia através dos órgãos competentes. Procurando minimizar os possíveis riscos associados à pandemia e, na sequência das recomendações da Direção-Geral da Saúde (DGS) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), a Entidade implementou e implementará planos de contingência com o objetivo de garantir a segurança dos seus colaboradores e da comunidade em geral.

No entanto, face ao atual cenário de elevada incerteza e rápida evolução da pandemia, não é possível estimar, com razoável grau de confiança, os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade da Entidade, os quais, a existirem, é nossa convicção, não colocarão em causa a continuidade das suas operações, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela Direção em 2 de março de 2020.

Fafe, 2 de março de 2020

A Mesa Administrativa

A Contabilista Certificada, n.º 5.725